



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PROFIAP

JENNIFER SOUZA PEREIRA

Impactos e Desafios do PROFIAP: Análise da Trajetória dos Egressos da
Universidade Federal de São João del-Rei/MG

São João del-Rei - MG
(2024)

JENNIFER SOUZA PEREIRA

Impactos e Desafios do PROFIAP: Análise da Trajetória dos Egressos da
Universidade Federal de São João del-Rei/MG

Dissertação de mestrado apresentada ao
Mestrado Profissional em Administração
Pública - PROFIAP, da Universidade
Federal de São João del-Rei como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
Mestre em Administração Pública.

Área de concentração: Administração
Pública.

Orientador (a): Profa. Dra. Vânia
Aparecida Rezende

São João del-Rei - MG

(2024)

JENNIFER SOUZA PEREIRA

Impactos e Desafios do PROFIAP: Análise da Trajetória dos Egressos da
Universidade Federal de São João del-Rei/MG

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: _____

Profa. Dra. Vânia Aparecida Rezende, UFSJ
Doutora pela Universidade Federal de Lavras – Lavras,
Brasil

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo D. de Carvalho Infante, UFSJ
Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de
Janeiro, Brasil

Prof. Dra. Gracyanne Freire de Araujo, UFS
Doutora pela Universidade Federal da Bahia - Bahia, Brasil

Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira, UFJF
Doutor pela Universidade Federal de Lavras – Lavras, Brasil

Prof. Dra. Caroline Miriã Fontes Martins, UFSJ
Doutora pela Universidade Federal de Lavras – Lavras, Brasil

Coordenador do PROFIAP:

Profa. Dra. Vânia Aparecida Rezende

São João del-Rei, dezembro, 2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com todo o meu amor e gratidão, a minha família, e em especial à minha mãe. Por seu amor incondicional, por ser minha maior inspiração e por sempre acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu duvidei de mim mesma. Sua força, dedicação e sabedoria me ensinaram o valor do esforço e da perseverança, e sua presença constante foi a luz que me guiou em cada passo desta jornada. Este trabalho é tanto meu quanto seu, pois sem seu apoio, suas palavras de encorajamento e seus sacrifícios, eu não teria chegado até aqui. Obrigada por ser meu exemplo de coragem e resiliência. Esta conquista é um reflexo de tudo o que aprendi com você. Com todo o amor do mundo, esta vitória é sua também.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa a realização de um sonho e a superação de muitos desafios. Para chegar até aqui, contei com o apoio, a orientação e a força de diversas pessoas, além da presença constante de Deus em cada etapa deste caminho.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela saúde, pela sabedoria e por me conceder a oportunidade de trilhar essa jornada acadêmica. Foi em Sua graça que encontrei a força para superar os obstáculos e a inspiração para seguir em frente.

À minha família e amigos, dedico meu eterno agradecimento por todo o apoio, pelas palavras de incentivo e pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar. Vocês foram minha fonte de energia e motivação para nunca desistir.

À minha orientadora, Profa. Dr^a Vânia Aparecida Rezende, sou profundamente grata pela paciência, pela sabedoria compartilhada e pelas orientações valiosas que me guiaram durante este trabalho. Sua instrução e confiança foram determinantes para a realização deste estudo.

À Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e à rede PROFIAP, agradeço por proporcionarem um espaço de aprendizado transformador, que ampliou meu conhecimento e minha compreensão sobre a gestão pública e seus desafios.

Aos colegas e professores, agradeço a convivência enriquecedora e pelas trocas de experiências que tanto contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal.

Por fim, expresso minha gratidão aos egressos que participaram desta pesquisa, contribuindo com suas respostas e perspectivas para que este trabalho fosse possível.

A todos, meu mais sincero agradecimento. Sem o apoio e as bênçãos de Deus e de cada um de vocês, esta conquista não seria possível.

RESUMO

O Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) constitui uma relevante política pública educacional voltada à qualificação de servidores públicos, contribuindo para a modernização e eficiência na gestão pública. Este estudo tem como objetivo analisar os avanços e contribuições do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal de São João del-Rei para seus egressos, considerando sua atuação enquanto parte da rede nacional do programa. A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, utilizando questionário eletrônico enviado aos egressos que concluíram o curso. A análise dos dados foi realizada por meio de estatísticas descritivas para questões fechadas e análise de conteúdo para respostas abertas, organizadas em sugestões, críticas, elogios e outros comentários. Os resultados evidenciaram um perfil diversificado dos egressos, predominando profissionais do gênero feminino, jovens, moradores de Minas Gerais e atuantes principalmente no setor público, com destaque para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O PROFIAP foi avaliado como um importante instrumento de capacitação, gerando benefícios como reconhecimento profissional, desenvolvimento acadêmico e pessoal, além de melhorias na aplicação prática do conhecimento. Contudo, desafios foram identificados, incluindo dificuldades para implementar mudanças no setor público e limitações práticas no uso do conhecimento adquirido. O estudo conclui que o PROFIAP desempenha um papel significativo na formação de servidores públicos, alinhando-se parcialmente às suas demandas e contribuindo para o fortalecimento da administração pública. Os achados fornecem subsídios para aprimorar o curso e ampliar seus impactos no contexto institucional e social.

Palavras-chaves: Mestrado Profissional; Egressos; PROFIAP; UFSJ.

ABSTRACT

The Professional Master's Program in Public Administration (PROFIAP) represents a relevant educational public policy aimed at qualifying public servants, contributing to the modernization and efficiency of public administration. This study aimed to analyze the advances and contributions of the Professional Master's Program in Public Administration (PROFIAP) at the Federal University of São João del-Rei (UFSJ) for its alumni, considering its role within the program's national network. The research adopted qualitative a descriptive and exploratory approach, using an electronic questionnaire distributed to alumni who had completed the program. Data analysis employed descriptive statistics for closed-ended questions and content analysis for open-ended responses, categorized into suggestions, criticisms, compliments, and other comments. The findings revealed a diverse profile among alumni, predominantly young, female professionals residing in Minas Gerais and mainly working in the public sector, with a significant presence in Federal Institutions of Higher Education (IFES). PROFIAP was evaluated as an essential capacity-building tool, providing benefits such as professional recognition, academic and personal development, and practical improvements in applying knowledge. However, challenges were identified, including difficulties in implementing changes within the public sector and practical limitations in utilizing the acquired knowledge. The study concludes that PROFIAP plays a significant role in the training of public servants, partially aligning with their demands and contributing to the strengthening of public administration. The findings provide valuable insights for enhancing the program and expanding its impact in institutional and social contexts.

Keywords: Professional Master's Program; Alumni; PROFIAP; UFSJ.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero.....	44
Gráfico 2 - Faixa Etária.....	45
Gráfico 3 - Ano de ingresso no PROFIAP	45
Gráfico 4 - Modalidade de Acesso	46
Gráfico 5 - Afastamento para realização do curso	47
Gráfico 6 - Curso de Graduação	47
Gráfico 7 - Continuidade no Setor de Atuação	48
Gráfico 8 - Departamento de Atuação antes do PROFIAP	48
Gráfico 9 - Grau Acadêmico mais alto antes do PROFIAP.....	49
Gráfico 10 - Interesse em realizar um Doutorado no âmbito do PROFIAP ..	50
Gráfico 11 - Benefício recebido com a conclusão do curso	51
Gráfico 12 - Ações implementadas no local de trabalho.....	52
Gráfico 13 - Contribuições na Esfera Pessoal e Profissional	53
Gráfico 14 - Fragilidades na formação.....	55
Gráfico 15 - Alinhamento do PROFIAP às demandas do setor público	57
Gráfico 16 - Relação da proposta curricular e formação do servidor público	57
Gráfico 17 - Pontos de convergência do curso e com as atividades do trabalho	58
Gráfico 18 - Melhoria da Qualidade do Serviço Público Após o Mestrado ..	58
Gráfico 19 - Composição da turma /Servidores e Demanda Social	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Total de Programas e Cursos de Pós-graduação	28
Figura 2 - Palavras mencionadas	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições Participantes do PROFIAP e Anos de oferta de matrícula.....	34
Quadro 2 - Alinhamento dos Objetivos específicos com o questionário	41

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Número de egressos por ano UFSJ	38
---	-----------

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	JUSTIFICATIVA.....	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1	Políticas Públicas	15
3.2	Políticas Públicas Educacionais.....	22
3.3	Pós-Graduação No Brasil: Um Breve Histórico	26
3.3.1	Programas profissionais no âmbito <i>stricto sensu</i>	29
3.3.2	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> Profissional Contribuições Na Trajetória Dos Egressos.	31
3.3.3	Mestrado Profissional em Administração Pública: PROFIAP - UFSJ...	33
4	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	38
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
6	CONCLUSÃO	63
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE.....	81
	Apêndice A - Formulário	81

1 INTRODUÇÃO

O Brasil em sua história e sua formação enquanto Estado apresenta uma caracterização que se alinha a um olhar patrimonialista, neste sentido pensar a administração pública, requer considerar todas as peculiaridades que a envolve. Dessa forma os modelos de gestão pública, sendo o patrimonialista, burocrático e gerencial carregam características marcantes de uma história permeada por avanços e retrocessos.

Para a gestão pública, o período burocrático foi um ponto de inflexão no serviço público. A primeira reforma administrativa ocorreu durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), conforme Cavalcante e Carvalho (2017), esse período foi marcado pela atuação do Estado no sentido de reestruturar o funcionalismo, tendo como diretriz a profissionalização da burocracia nos moldes Weberiano clássico, adotando regras que valorizassem o caráter meritocrático do quadro de pessoal do governo federal com a criação de concurso público, estabilidade no emprego e organização de carreiras.

Tal reforma significou uma importante mudança, apesar de não ter alcançado seus objetivos preestabelecidos, pois, como afirma Pereira (2001), a reforma do Estado Novo continuou a fazer concessões ao velho patrimonialismo. Após Vargas ter sido deposto, o Brasil passou por um período democrático entre os anos 1945 e 1964 em que, segundo Cavalcanti e Carvalho (2017) não houve mudanças significativas na burocracia federal. Vale ressaltar, conforme aponta Pereira (2001), que em 1963 durante o governo de João Goulart houve a criação de vários grupos de estudos com o objetivo de estruturar uma reforma que tornasse a administração pública mais eficiente, porém, tais planos foram impedidos de se concretizar devido ao golpe de Estado que ocorreu em 1964.

Passados 20 anos de ditadura militar, a década de 80 é marcada pela redemocratização do país. De acordo com Abrucio (2007), com o objetivo de combater o legado do regime militar e demarcar novamente a democracia brasileira, a Constituição Federal de 1988 representa um marco trazendo profundas mudanças. A assinatura da Constituição Federal de 1988, conforme é exposto por Cavalcanti e Carvalho (2017), também trouxe importantes avanços no quesito da profissionalização do serviço público, como por exemplo, a universalização do concurso público.

Nesse processo, como relata Abrucio (2007) o Governo de Fernando Henrique

Cardoso se mostrou bastante ativo, tendo como marco a construção da nova gestão pública que foi um importante avanço para a administração pública. O idealizador da nova gestão pública que ocorreu em 1995, também conhecida por gerencialismo público, foi Bresser Pereira, que ocupava o posto de ministro do Ministério de Administração e Reforma do Estado na gestão Fernando Henrique Cardoso. Esse modelo, de acordo com Gomes e Oliveira (2010) tem como principais características, a orientação para o cidadão, a descentralização e o incentivo à criatividade e à inovação, além de buscar um aumento na qualificação e profissionalização do quadro de servidores públicos. Tal modelo, conforme abordam Silva e Lima (2023), é o predominante na atualidade das administrações públicas tanto no Brasil, quanto em outros países, como na Inglaterra e EUA, por exemplo.

A evolução supracitada, brevemente, retrata um contexto dos desdobramentos da gestão pública brasileira que aconteceram concomitantemente com a necessidade estatal contínua de promover capacitação de servidores públicos nas diversas instâncias e esferas governamentais. Nesse sentido, um importante avanço na qualificação, no âmbito da administração pública, foi o surgimento dos programas de pós-graduação que começaram a fazer parte do cenário de qualificação do corpo de servidores técnicos. Os programas, especialmente os *stricto sensu*, passaram a ter linhas e cursos específicos para a Administração Pública. Destaca-se nesse processo a criação em 2013, por meio de uma política pública educacional, do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP).

O PROFIAP é um curso de pós-graduação *stricto sensu* de abrangência nacional, ofertado em 41 instituições de ensino superior nas cinco regiões do Brasil, conduzindo seus egressos ao título de mestre. Autorizado pela CAPES a iniciar suas atividades em 2013, o curso realizou seu primeiro processo seletivo em 2014, abrangendo 9 instituições. Nos anos subsequentes, o curso expandiu-se gradualmente, alcançando sua última ampliação em 2023 com a adesão de 20 novas instituições.

Coordenado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) seu principal objetivo é a capacitação de profissionais para o pleno exercício de atividades administrativas avançadas nas organizações públicas (PROFIAP, 2023). Lima Filho e Carneiro (2020) complementam que, o PROFIAP contribui para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas, além de disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que servem de

referência para a melhoria da gestão pública.

A fim de cumprir com seu propósito de qualificar os servidores públicos, o processo seletivo do PROFIAP conta com uma parte de suas vagas reservadas para servidores públicos das instituições associadas e as demais, podendo ser preenchidas pela demanda social. A reserva de vagas, conforme aponta Lamas (2018), auxilia para que o conhecimento desenvolvido retorne em benefícios à instituição em que atua o servidor estudante, tanto pelo aumento do nível de qualificação daquele servidor, ou até na possibilidade de a instituição ser objeto de pesquisa na produção científica dele.

Tendo seu objetivo alinhado à demanda trazida pela última reforma administrativa do Estado, o gerencialismo público, o PROFIAP se apresenta como uma alternativa para suprimir a falta de qualificação dos servidores públicos, conforme dados apresentados pelo IPEA, em 2021, os percentuais médios de servidores com pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) eram de 13% na esfera federal, 3,10% na estadual e 1,52% na municipal (IPEA, 2023).

Diante disso, torna-se pertinente conhecer a demanda desses profissionais e se o curso atende também às demandas da população, já que o gerencialismo tem como principal foco a orientação para o cidadão. Dessa forma, buscou-se analisar o perfil dos egressos do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei, em vistas a identificar os desdobramentos tanto pessoal quanto profissional. Além disso, o crescente número de programas de mestrado profissional e a potencialidade de sua contribuição para auxiliar a consolidação da Administração Pública como área de conhecimento, conferem relevância a essa pesquisa.

Diante da contextualização apresentada, a problemática deste estudo pode ser delineada nos seguintes termos: quais os avanços e desafios enfrentados pelo PROFIAP da Universidade Federal de São João del-Rei na formação dos egressos?

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar os avanços e contribuições do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal de São João del-Rei para os egressos do programa.

Os objetivos específicos são:

- Mapear o perfil dos egressos do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei;
- Identificar os setores públicos e privados com maior representatividade de

egressos no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP).

- Avaliar como a proposta do curso se alinha com as necessidades e exigências pessoais e profissionais dos egressos;
- Elaborar o produto técnico final com intuito de propor recomendações para o aprimoramento do foco local do mestrado PROFIAP.

2 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se pela importância de avaliar as contribuições do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), implementado na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) desde 2016, tanto na capacitação dos servidores públicos quanto na melhoria da gestão pública. O PROFIAP é parte de uma estratégia mais ampla de qualificação no setor público, alinhada aos princípios do gerencialismo público, que preconiza a profissionalização, inovação e eficiência como pilares para o avanço das instituições públicas no Brasil (Gomes; Oliveira, 2010).

A análise das transformações pessoais e profissionais experimentadas pelos egressos do PROFIAP no âmbito da UFSJ permite identificar como o curso contribui para o desenvolvimento de competências e sua aplicação prática no contexto das instituições públicas. Ao mapear o perfil dos egressos, avaliar o alinhamento entre a proposta do curso e as demandas institucionais, e identificar ações implementadas em seus locais de trabalho, a pesquisa busca fornecer um panorama abrangente sobre os resultados do curso. Este panorama poderá embasar ajustes e melhorias no próprio PROFIAP e oferecer subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas voltadas à capacitação e valorização dos servidores públicos.

O estudo também se mostra relevante para a rede PROFIAP como um todo, especialmente ao proporcionar subsídios para o repensar de seu currículo. Seus resultados podem servir como modelo analítico para outras instituições integrantes, contribuindo para o aprimoramento contínuo do curso. Conforme apontam Lima Filho e Carneiro (2020), o curso desempenha um papel estratégico ao disponibilizar ferramentas, metodologias e modelos de gestão que fortalecem a produtividade e efetividade das organizações públicas. Avaliar essas contribuições no contexto local da UFSJ contribui para o fortalecimento da rede e para a consolidação da Administração Pública como área de conhecimento. Nessa seara se destaca o debate

que emerge na academia sobre o fortalecimento da área de Administração Pública no Brasil e sua identidade, Coelho, Rezende e Costa (2024) demonstram que o fortalecimento da pós-graduação em Administração Pública no Brasil culminou em publicações científicas e teve um papel formador de recursos humanos, segundo os autores deve-se depreender um esforço acadêmico e institucional, pelo reconhecimento da especificidade da dentro da CAPES.

Adicionalmente, observa-se um crescimento expressivo da área no número de programas de mestrado profissional no Brasil, o que torna a análise dos resultados desses programas um campo de estudo essencial (Fischer, 2003; CAPES, 2023). Esse aumento reflete não apenas a busca por qualificação profissional, mas também a necessidade de consolidar as contribuições acadêmicas e práticas da Administração Pública. O PROFIAP, com seu foco em servidores públicos e na gestão institucional, exemplifica a relevância dessa modalidade de formação, destacando-se como um caso a ser investigado (PROFIAP, 2024).

Por fim, o fornecimento de um diagnóstico detalhado sobre as contribuições do PROFIAP na UFSJ também pode inspirar ajustes em outras redes de programas de pós-graduação *stricto sensu*, contribuindo para o fortalecimento de iniciativas que unam formação acadêmica de alto nível à aplicação prática no setor público. Este estudo, portanto, se mostra pertinente tanto no campo acadêmico, ao ampliar a base de conhecimento sobre mestrados profissionais, quanto no âmbito social, ao propor melhorias para a qualificação e valorização dos servidores públicos, pilares fundamentais para uma gestão pública eficiente e democrática.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Políticas Públicas

O país que deseja, tanto na perspectiva social quanto na econômica, crescer e se desenvolver precisa oferecer serviços de qualidade à população de um modo geral, sem distinções (Silva, 2021). Além do desejo de desenvolvimento tanto do Estado, quanto de seu povo, é um direito da sociedade usufruir de serviços coletivos, e um dever do Estado, gestor desses recursos, prover tais benefícios, em forma de serviços públicos de qualidade para todo e qualquer cidadão. Considerando as distintas necessidades das classes sociais, especialmente a maior demanda por atenção e investimento nas camadas socioeconômicas menos favorecidas em comparação com

as mais desenvolvidas, é crucial resguardar um enfoque diferenciado. Isso se deve ao fato de que a população economicamente desfavorecida depende significativamente da intervenção estatal para suprir necessidades básicas de sobrevivência. No entanto, é imperativo que o Estado, ao priorizar a assistência às camadas mais vulneráveis, simultaneamente cumpra seu papel abrangente de solucionar os problemas que permeiam toda a nação.

A forma que o Estado utiliza para ofertar tais serviços a sociedade, é elaborando e implementando políticas públicas, às quais precisam ser setorizadas conforme seus objetivos, sejam eles econômicos, sociais, ambientais, educativos, administrativos, monetários, entre outros. E para que esses serviços obtenham êxito e sejam eficazes em seus propósitos, as políticas públicas precisam, após implementadas, serem acompanhadas e avaliadas periodicamente, além de, quando necessário, serem reestruturadas.

A definição de política pública encontrada na literatura é ampla, porém convergente em sua interpretação. Por exemplo, para Hofling (2001), as políticas públicas são ações implementadas pelo Estado por meio de programas e projetos de governo voltados para setores específicos da sociedade. Souza (2006), aborda que a definição mais conhecida é a dada pelo clássico estudioso de políticas públicas Laswell, em que o autor fala que política pública implica em responder às seguintes questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Dias e Matos (2012), a define como sendo uma ação empreendida pelo Estado por meio de todas as instâncias de governo para soluções específicas de assuntos públicos. Autores modernos também aderem às interpretações mencionadas, como Monteros (2022) e Petak e Petkovic (2022), que concordam com a definição dada por Hofling (2001) e Dias e Matos (2012), ao conceituarem políticas públicas como sendo ações que partem do governo em suas várias formas, para solucionar problemas sociais.

O nascimento formal do discurso de política pública, de acordo com o relato de Bilhim (2008), está datado nos anos 30 do século XX com os estudos de Harold Lasswell nos EUA e sendo uma vertente dos estudos realizados no campo da ciência política. Juntamente com Lasswell, de acordo com Souza (2006), Simon, Lindblom e Easton são juntos, considerados os “pais” fundadores das políticas públicas, pois, a seu tempo, cada um realizou importantes contribuições para a área. Conforme explica Souza (2006), a contribuição de Laswell se deu em 1936 ao introduzir a expressão

de “policy analysis” (análise de política pública), Simon em 1957 introduz o conceito de racionalidade limitada dos tomadores de decisão, os “policy makers”, Lindblom em 1959 propõe a inclusão das variáveis, relação de poder e fases do processo decisório, para as etapas de formulação e análise das políticas públicas e Easton em 1965 contribuiu ao definir política pública como um sistema que recebe inputs dos partidos, da mídia e de diversos grupos de interesse, influenciando seus resultados (Souza, 2006).

Nos anos 50, de acordo com Frey (2000), a temática da política pública se difunde pelos Estados Unidos, sob o rótulo de “policy Science” (política científica) e a partir dos anos 70 ganha força na Europa, em especial na Alemanha. No Brasil, conforme pontua Negret (2008), foi a partir do final dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980 que os estudos de fato se iniciaram, tendo como ponto inicial a publicação de trabalhos sobre a formação histórica das ações de governo. Vale ressaltar a distinção do foco nos estudos das políticas públicas entre os EUA e a Europa que é realizada por Souza (2006). Na Europa, conforme a autora, a área de política pública surge com o objetivo de tentar explicar o papel do Estado e do governo, enquanto nos EUA, a ênfase se dá nos estudos sobre a ação do governo. No Brasil, os estudos seguiram a mesma linha da dos EUA (Farah, 2011).

Além das múltiplas definições, as políticas públicas se caracterizam por possuir uma multidisciplinaridade, pois, como pontuam Rezende, Costanzi e Mesquita (2020), a temática das políticas públicas, em sua gênese, remete a um projeto de dimensões metodológicas que envolvem diferentes atores, instâncias governamentais e maneiras de ver e pensar a sociedade e seus distintos problemas. A partir dos anos 70 do século XX, de acordo com Bilhim (2008), as políticas públicas são caracterizadas como sendo uma área de estudos interdisciplinar, pois é nesse período da história que as políticas públicas passam a ser objeto de estudo, além da ciência política, das áreas de sociologia, economia e administração pública. Já Souza (2006), confirma que as políticas públicas possuem um caráter que vai além da interdisciplinaridade, as classificando como multidisciplinar.

A autora acrescenta no rol de disciplinas que estudam as políticas públicas, as áreas de antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas. As disciplinas de história, direito e filosofia foram mencionadas por Petak e Petkovic (2022), como sendo áreas que também integram toda essa multidisciplinariedade que as políticas públicas abarcam. Mesmo tendo sua gênese na ciência política, o

intercâmbio e as ramificações que as políticas públicas vêm construindo em diversas áreas do conhecimento, conforme é mencionado por Brasil e Capella (2016), permitem o diálogo e a reflexão de forma ampla, abrangente e mais completa, o que é essencial para o seu desenvolvimento, tendo em vista que os problemas sociais são multidisciplinares, requerem que as soluções também o sejam.

Para compreender as políticas públicas, conforme aponta Agum, Riscado e Menezes (2015), se faz necessário entender, o que Lindblon chamou de “policy cycle” (ciclo da política pública), ou seja, é preciso visualizar e interpretar a política pública como sendo um ciclo composto por fases e sequencias que funcionam de maneira interdependente, com suas fases desconectadas umas das outras. Na obra de Laswell, de acordo com Farah (2018), a noção de ciclo tem o objetivo de tentar explicar todo o processo como sendo uma orientação para a ação. A divisão em ciclo das políticas públicas, conforme a proposta encontrada nos estudos de Frey (2000), Souza (2006) e reforçado por Petak e Petkovic (2022), ocorre com os seguintes estágios: percepção e definição de problemas, identificação das alternativas e avaliação das opções, que é a formação da “agenda-setting”, elaboração de programas e decisão, implementação das políticas e, finalmente, a avaliação e a eventual correção da ação.

Durante o ciclo das políticas públicas, não pode desconsiderar o componente político pois, conforme Monteros (2022) chama a atenção, a questão política é muito importante e está presente na maior parte das fases, quando não em todas. Para Bilhim (2008), a política e a administração pública participam de fases diferentes no ciclo das políticas públicas, tendo os políticos papel forte na formação da agenda, na formulação e decisão da política pública, enquanto à administração pública cabe o papel de implementação e avaliação dela. Brasil e Capella (2016), considera a administração pública como “técnico de execução automática” do resultado do processo político anterior, porém, essa conceituação de acordo com Allebrandt *et al.* (2018), foi válida por um longo período. Mas, ainda de acordo com os autores, com o crescimento do aparato estatal, o papel da administração passou a ser também o de formulador das políticas públicas.

Em convergência com o posicionamento dos autores mencionados anteriormente, a administração pública também participa para a formação da agenda, apesar do caráter político possuir um papel mais forte, de acordo com Almeida e Gomes (2019), a administração pública influencia o “policy stream” (fluxo de soluções), que é a parte onde se gera as alternativas para os problemas, os quais são realizados

dentro das “policy communities” (comunidades políticas), que conforme Capella (2006), entre outros atores que pertencem a esse grupo, estão os servidores públicos, ou seja, a administração pública.

A construção de uma política pública, conforme a noção apresentada de ciclos, que é, de acordo com Petak e Petkovic (2022), uma forma plausível de simplificar todo o processo das políticas públicas e mostrá-lo com a maior precisão possível, apesar de sua complexidade, se inicia com a percepção e identificação do problema, porém, nem tudo que a sociedade visualiza como um problema conforme pondera Rezende, Costanzi e Mesquita (2020), chegam a ter uma intervenção governamental, ou seja, de acordo com Capella (2006) tais situações vistas pela sociedade como problemas, são apenas questões que posteriormente podem ou não se tornarem um problema. Questões e problemas, conforme esclarece Wlezian (2005), são coisas fundamentalmente diferentes, com uma estando relacionada mais à política e a outra às condições.

Para que as questões se tornem problemas propriamente ditos, Rua e Romanini (2014) mencionam a necessidade de algum setor do governo se convencer de que precisam tomar alguma providência com relação à situação apresentada. Para que isso ocorra, Souza (2006) descreve três mecanismos capazes de chamar a atenção das autoridades, são eles: “indicadores; eventos, crises e símbolos; e feedback das ações governamentais”. Sendo reconhecido o problema pelos atores visíveis, que conforme Capella (2006) é o grupo que pertence, entre outros atores, os políticos, inicia-se então, ainda de acordo com a autora, o trabalho dos participantes chamados de atores invisíveis (servidores públicos, acadêmicos, pesquisadores, entre outros), ou seja, são nas “policy communities” (comunidades políticas), que ideias e propostas são geradas e postas em circulação para a resolução dos problemas.

A partir disso, de acordo com Agum, Riscado e Menezes (2015) o primeiro ponto para se transformarem em potencial política pública, é encontrar o equilíbrio entre o que é tecnicamente eficiente e o que é politicamente viável. Para se chegar a esse equilíbrio, Rua (1997) diz ser necessário realizar o cálculo do custo/benefício que cada ator irá ter em relação as alternativas propostas para a solução do problema. A autora esclarece que esse cálculo não está relacionado apenas a custos econômicos ou financeiros, mas também a elementos simbólicos, como prestígio, elementos políticos, ambições de poder, ganhos e perdas eleitorais, entre outros.

Outro ponto importante para a primeira fase do ciclo, que é a definição da

agenda, conforme relato de Capella (2006) é a dimensão política ou “politics stream” que é o momento em que tanto a sociedade quanto os principais integrantes do governo, em especial, desejam implementar de fato uma solução para o problema reconhecido anteriormente. A partir disso, inicia-se a formação da agenda de políticas públicas, que é, de acordo com Rua e Romanini (2014) uma lista de prioridades, inicialmente estabelecida pelos governos, às quais eles devem dedicar suas energias e atenções. Porém, conforme é ponderado por Agum, Riscado e Menezes (2015), quando um problema entra para a agenda política, não necessariamente significa que ele irá ter uma solução, apenas que é um tema tido como importante para a classe política daquele momento. Apesar de não haver garantia que o problema se solucionará, a chegada de um problema à agenda pública é a primeira demonstração que pode surgir dali uma política pública afim de buscar a resolução do problema em questão.

Na fase de elaboração de programas e de decisão, conforme pontua Frey (2000), entre as várias alternativas que são geradas nas “policy communities” é necessário escolher a mais apropriada. É na definição de determinado programa e ação, que de acordo com Souza (2013) haverá a conversão dos propósitos eleitorais em mudanças no mundo real. Bilhim (2008) pontua que tais programas precisam possuir metas e objetivos claros e explícitos para que possam ser observados e medidos de forma empírica seu sucesso ou fracasso, e assim, ser possível dar continuidade as fases finais do ciclo de uma política pública. Pois a simples pressuposição de que a medida vai ter sucesso, não garante que ela realmente terá é preciso mensurar.

Seguindo o “policy cycle”, a fase de implementação é o momento crítico pois é a hora em que a política pública é efetivada (Bilhim, 2008). Sendo, conforme pontua Souza (2013), uma etapa “complexa e requer uma intrincada engenharia institucional” pois, de acordo com Agum, Riscado e Menezes (2015), é um momento em que ocorrem grandes entraves entre o que foi planejado e o elemento político, ficando a cargo da administração pública moldar e realizar o encontro das intenções políticas com as ações concretas.

Com a Constituição de 1998, de acordo com Farah (2016), os municípios reconhecidos como ente federativo, ganhou diversas atribuições e competências, entre elas, conforme explica Souza (2019), a responsabilidade de implementar as políticas públicas, em especial, as de caráter social, se tornando o principal parceiro

do Governo Federal para a implementação local, dada sua maior proximidade com a população. Porém, uma questão importante é levantada por Bilhim (2008), em relação as incoerências constantes que acontecem entre a concepção e a implementação, uma vez que falta apoio e capacitação aos dirigentes e designados locais para introduzir os processos de mudanças que as políticas públicas requerem.

Para o processo de avaliação, como bem explicam Agum, Riscado e Menezes (2015), é essencial estabelecer parâmetros, indicadores e metodologias que permitam medir os resultados e o desempenho das políticas públicas. Essa etapa não se limita apenas à análise dos resultados obtidos, mas também envolve a identificação de entraves, dificuldades enfrentadas, lições aprendidas e, se necessário, o redirecionamento das estratégias para potencializar os resultados esperados. Nesse sentido, Negret (2008) destaca que a avaliação busca não apenas medir a eficiência e eficácia das políticas públicas, mas também fornecer subsídios para sua melhoria contínua.

As informações coletadas na fase de avaliação são amplamente utilizadas por diferentes atores e para múltiplos objetivos. Conforme apontam Trevisan e Bellen (2008), quando os resultados são negativos, tornam-se instrumentos de crítica por parte da mídia e da opinião pública, sendo frequentemente utilizadas para apontar falhas na gestão governamental, por outro lado, resultados positivos são explorados pelos governos para fortalecer sua legitimidade e capital político, destacando conquistas e avanços alcançados.

Importante destacar, como pondera Silva (2012), que o processo avaliativo não precisa ser deflagrado apenas ao final de uma política pública. Pelo contrário, ele deve ocorrer de forma transversal e contínua durante todas as etapas do ciclo de políticas públicas, permitindo ajustes rápidos e melhorias adaptativas. Essa abordagem contínua fortalece a capacidade de resposta das políticas públicas e aumenta a probabilidade de alcançar os objetivos propostos.

De maneira resumida, conforme esclarecem Allebrandt *et al.* (2018), a avaliação das políticas públicas consiste na análise dos efeitos que essas políticas produzem na sociedade. É nessa etapa que se define a continuidade ou encerramento do ciclo da política pública. Trevisan e Bellen (2008) argumentam que, caso os objetivos iniciais tenham sido plenamente alcançados, o ciclo se encerra. Caso contrário, inicia-se um novo ciclo de percepção, planejamento e redefinição de problemas, dando início a uma nova fase de formulação e implementação.

Portanto, a avaliação é uma etapa crucial no ciclo das políticas públicas, servindo tanto como um instrumento de análise e aprendizado quanto como um mecanismo de prestação de contas à sociedade, promovendo maior transparência e eficiência na gestão pública.

Por fim, como apresentado, as políticas públicas, originadas no campo da ciência política, expandem-se para diversas áreas do conhecimento com o objetivo de alcançar resultados mais eficientes e concretos. Essa interseção entre diferentes campos disciplinares reflete a complexidade inerente à temática, que envolve múltiplas definições, enfoques de estudo e influências.

Para compreender essa complexidade, a literatura enfatiza a necessidade de desmembrar as políticas públicas em fases e apresentá-las de forma cíclica. Essa abordagem facilita a análise de sua trajetória, sem perder de vista que cada etapa ocorre de forma independente e, muitas vezes, simultânea, refletindo a dinâmica e a adaptabilidade das ações governamentais.

O foco principal das políticas públicas, entretanto, permanece claro: identificar e atender aos problemas enfrentados pela sociedade. Assim, ao organizar e sistematizar seu desenvolvimento em fases, é possível não apenas entender suas estruturas e processos, mas também propor intervenções mais eficazes, promovendo soluções que respondam de maneira assertiva às demandas sociais.

3.2 Políticas Públicas Educacionais

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, conforme disposto no Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família...” (BRASIL, 1988). Esse dispositivo transforma a educação de um direito individual em um princípio estruturante da sociedade, conforme pontua Vieira (2016), ao afirmar que esse direito deve ser extensivo a toda a população.

Entretanto, historicamente, essa garantia de acesso universal à educação não foi uma realidade para todos os brasileiros. A formação do Estado brasileiro foi marcada por um contexto de exclusão social e desigualdade estrutural, que restringiu o acesso à educação a uma parcela privilegiada da sociedade. Essa exclusão reflete, em parte, a negligência histórica do país em relação à educação, como destacam Lamas, Rezende e Mendonça (2021). Durante o período colonial, o Brasil careceu de investimentos significativos na área educacional, deixando um legado de negligência

que ainda hoje produz impactos.

Essa herança histórica contribui para a posição do Brasil como um país classificado como subdesenvolvido. Conforme apontam Cirani, Silva e Campanario (2012), os países com alto nível educacional são, em sua maioria, os que alcançam maior desenvolvimento econômico, posicionando-se entre os mais ricos e desenvolvidos. A ausência de investimentos sistemáticos e contínuos no campo da educação ao longo da história brasileira reforçou desigualdades e limitou o potencial de crescimento do país, evidenciando a necessidade de políticas públicas que priorizem a ampliação e a qualificação da educação para todos os cidadãos.

Rezende, Costanzi e Mesquita (2020), destacam o contexto patrimonialista em que o Brasil enquanto República se desenvolveu, sendo marcado por desigualdades sociais, tendo suas políticas educacionais configuradas por um processo elitista e de marginalização, sendo essas políticas ampliadas à sociedade tardiamente, o que a tornou um problema emergencial na hierarquia dos problemas brasileiros. Foi a partir da redemocratização do país, conforme apontam Oliveira, Oliveira e Damasceno, (2023) que a ideia de planejar e desenvolver as políticas públicas educacionais começaram a alavancar com mais intensidade, em especial, com a assinatura da Constituição Federal de 1988, sendo um marco que demarca o avanço do campo educacional.

Porém, esse marco só se fez possível por meio de mobilizações e pressões de vários grupos organizados da sociedade, os quais possuíam uma extensa pauta de reivindicações por direitos civis a serem implementados pelo Estado, e outros, a serem “devolvidos” a sociedade pois haviam sido sucumbidos pelo golpe militar de 1964. A assinatura da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, abriu espaço para que a sociedade e o Estado se unificassem em prol de promover e garantir condições de vida e desenvolvimento digno a todos os cidadãos brasileiros.

A promoção de condições digna de vida e de desenvolvimento para o ser humano perpassa imprescindivelmente pelo acesso à educação, pois conforme é posto por Araújo (2021), a cidadania, a formação para o mundo do trabalho, a emancipação por meio da conscientização e da reflexão crítica das relações humanas e o acesso ao conhecimento construído socialmente só se torna possível por meio da prática social educacional, com garantia de acesso, permanência e qualidade. Nesse sentido, Rezende, Costanzi e Mesquita (2020), acrescentam que a educação além de

ser condição essencial para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, permite que tenham garantido o exercício pleno da cidadania e assegura o respeito aos direitos fundamentais do cidadão, promovendo a inclusão social.

Cirani, Silva e Campanario (2012) apontam a relação positiva que existe entre a educação, aqui entendido por anos de escolaridade, e a distribuição de renda, ou seja, quanto mais anos de estudo o indivíduo possui, maior tende a ser a sua renda. Demonstrando dessa forma que tanto o cidadão quanto o Estado como um todo se beneficiam com a garantia e a qualidade da educação para todos os cidadãos.

Conforme revisado no tópico anterior as políticas públicas como um fim maior do Estado, dentro da ótica do bem comum tem uma perspectiva analítica setorial, dentre elas, a educação é comumente apontada como uma das principais vertentes. Pois, conforme afirma Aquino (2015), a legislação educacional possui grande importância por ser objeto de transformação da realidade social. Nesse sentido, Lamas (2018) define as políticas públicas educacionais como sendo ações do governo com o objetivo de melhorar a educação, proporcionando impactos positivos para a sociedade como um todo.

Mesmo sendo um setor de grande relevância, o Estado brasileiro, estabeleceu apenas em 2001 um Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em lei (nº10.172/2001) e sancionado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O PNE 2001-2010, entre várias metas, estabeleceu a meta de ofertar educação superior para, pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos até 2010 (BRASIL, 2001). Com isso iniciou-se, conforme é descrito por Araújo (2021), um processo de massificação do ensino via Educação a Distância (EAD) e na flexibilização do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), tendo em vista, a demanda para ingresso no ensino superior ser inferior às vagas ofertadas como foi apontado por Andriola e Barrozo Filho (2020), tais ações se tornaram urgentes.

Corroborando com a tentativa de efetivar a meta estabelecida, o governo Federal sob a gestão de Luís Inácio Lula da Silva, criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004. Por meio desse programa o governo concede bolsas de estudos integral e parcial a alunos de graduação em instituições de ensino superior privada (MEC, 2005). Objetivando a democratização e a expansão do acesso às Universidades, em 2007 o governo Federal também sob o comando de Lula, implementa o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (REUNI). Esse programa permitiu às universidades federais expandirem e melhorarem sua infraestrutura e proporcionou a criação de novos Institutos de Ensino Tecnológico e Superior (IFETS) pelo Brasil.

Em 2010, Fernando Haddad à época ministro do Ministério da Educação no governo Lula, desenvolveu o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Esse sistema reúne todas as vagas ofertadas por instituições federais (universidades e institutos) e seleciona os candidatos inscritos conforme a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (MEC, 2007). O novo método de seleção teve como objetivo, de acordo com Ariovaldo e Nogueira (2018), a redução dos custos com a realização de exames descentralizados, a democratização e ampliação do acesso à educação superior, além da maior mobilidade geográfica para o estudante. Dessa forma, ampliou-se as oportunidades de acesso ao ensino superior.

De acordo com o IPEA (2014), a meta do PNE 2001-2010 de colocar 30% dos brasileiros entre 18 e 24 anos no ensino superior não foi concretizado, porém, conforme os dados levantados pelo instituto o número de jovens que acessaram o ensino superior, na faixa etária mencionada, entre os anos de 2000 e 2010 mais que dobrou, saindo de 9,14% para 18,7%. O que demonstra que as ações mencionadas surtiram efeito apesar de terem sido insuficientes para o cumprimento da meta proposta.

Vencido o decênio do PNE 2001-2010 e antes da aprovação do PNE que o substituirá, em 2012 sob o governo de Dilma Rousseff, foi sancionada a lei nº12.711/2012 conhecida por “Lei de cotas” representando um avanço no acesso à educação dos grupos marginalizados na sociedade brasileira. O segundo Plano Nacional de Educação, como é mencionado por Militão e Aranda (2020), após um processo complexo, moroso e disputada, foi aprovado no ano de 2014 sob a lei nº13.005/2014 valendo-se para o decênio 2014-2024, renovando os ânimos para o planejamento educacional.

Nesse sentido Oliveira, Oliveira e Damasceno, (2023), afirmam que o PNE 2014-2024 representa um avanço em relação ao PNE anterior e ressalta o amplo debate que teve até sua aprovação, englobando todos os entes federativos (estados, municípios e união) no debate e no compromisso com sua execução. Porém, os autores chamam a atenção para o retrocesso do campo educacional que ocorreu durante os anos de 2019 a 2022 com várias ações descontinuadas e fragmentadas do governo de Jair Bolsonaro.

E por fim, Oliveira, Oliveira e Damasceno, (2023), argumentam, tendo em vistas a descontinuidade das ações, a necessidade de se construir um novo Plano Nacional de Educação, que conte com maior empenho e esforços para a articulação e em especial, para a execução, monitoramento e avaliação, permitindo que o PNE cumpra sua importante função de ser uma ferramenta de planejamento e gestão da Educação.

3.3 Pós-Graduação No Brasil: Um Breve Histórico

Com o propósito de aprofundar os conhecimentos adquiridos durante a formação em um curso de graduação e, para os que desejam estabelecer as bases para uma carreira acadêmica, a pós-graduação emerge como uma trilha a ser seguida. A pós-graduação é segmentada em duas categorias principais, conhecidas como *stricto sensu* e *lato sensu*. A pós-graduação *lato sensu*, de acordo com Morosini (2009), surgiu após a instituição da pós-graduação *stricto sensu* e engloba programas de especialização com uma carga horária geralmente compreendida em torno de 360 horas, além de cursos de MBA e outras especializações. Essa modalidade de pós-graduação se caracteriza por proporcionar um aprofundamento de conhecimentos de natureza mais abrangente, com foco predominante nas demandas do mercado de trabalho, culminando na emissão de certificados de conclusão.

Por outro lado, a pós-graduação *stricto sensu*, conforme destacado pelo mesmo autor, assume uma abordagem mais acadêmica e se distingue pela profundidade científica e cultural especializada que oferece. Além disso, os programas *stricto sensu* conferem os títulos de Mestre e Doutor aos indivíduos que os completam, representando, assim, a via primordial para aqueles que aspiram a uma carreira acadêmica. Tendo estabelecido essa distinção fundamental, este trabalho se concentrará especificamente na análise da pós-graduação *stricto sensu*, reservando aqui a utilização do termo “pós-graduação” para se referir a pós-graduação *stricto sensu*.

A pós-graduação no Brasil para alguns autores, como Santos (2003) e Castro (2005), é um case de sucesso, pois ela “fez, e fez bem, o que se propôs a fazer.” Seu início é demarcado na década de 1930, porém, conforme registrado por Santos (2003), formalmente recebeu esse nome (pós-graduação), apenas na década de 1940 por meio do Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1951 com a criação da Capes (Campanha

Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo Decreto nº29.74, órgão vinculado ao MEC (Ministério da Educação), a pós-graduação passou a ser de sua responsabilidade, como relatam Nobre e Freitas (2017), tendo como obrigação a definição de diretrizes, estratégias e metas para o avanço e a continuidade de políticas para a pós-graduação e pesquisa no Brasil.

O primeiro grande impulso que o campo da pós-graduação recebeu, como apresentam Nobre e Freitas (2017), ocorreu na década de 1960 por meio da regulamentação originada pelo Parecer nº977 do Conselho Federal de Educação (CFE), conhecido como Parecer Sucupira. Esse parecer, de acordo com Santos (2003), estabeleceu o modelo da pós-graduação nos moldes norte americano, destinando a primeira parte dos cursos às aulas e a segunda parte, à confecção de trabalho científico acadêmico (tese no caso do doutorado e dissertação para o mestrado).

A efetiva consolidação da pós-graduação no Brasil com forte orientação à formação de pesquisadores, como relatam Basso, Ferreira e Oliveira (2022), ocorre na década de 1980, originada de um processo amplo de redemocratização e reestruturação do Estado. Fischer (2005), aponta os anos de 1990 como período em que se distinguiu, de forma progressiva, os cursos de mestrados e doutorados por meio do sistema de avaliação criado pela Capes, além da criação da modalidade do mestrado profissional.

Costa, Machado e Câmara (2022), apresentam um compilado de mudanças e avanços ocorridos na pós-graduação a partir dos anos 2000. Os autores mencionam as mudanças no modelo de formação ocorridas no período de 2001 a 2003, como a modificação da titulação mínima dos docentes, passando a ser de doutor, para atuar nas pós-graduação e a aferição do desempenho dos programas, passando a serem medidos pela produção científica.

Ainda de acordo com os autores, os anos de 2004 a 2006 é marcado pelo aprofundamento no rigor das produções científicas e no aumento da orientação dos cursos para o foco na produção. Costa, Machado e Câmara (2022), apontam os anos de 2007 até 2012, como precursores da expansão dos cursos de pós-graduação e o aumento no número de egressos, sendo fruto do Programa de expansão REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Os autores mencionam que nesse período as revistas científicas ganharam maior importância como canal de veiculação das produções em detrimento dos

eventos científicos. Com tanto foco no aumento da produção, os autores mencionam a queda na preocupação quanto a relevância do que estava sendo produzido.

A partir dos anos de 2013, ainda segundo os mesmos autores, fruto da crise política e econômica que se instalou no país, inicia uma redução no ritmo de expansão das IES, e uma crise de empregabilidade dos egressos, em especial por falta de recursos públicos. Consequentemente, reduziu o número das produções científicas (Costa; Machado; Câmara, 2022). Apesar do exposto, o país conta com programas e cursos de pós-graduação em todas as suas regiões, sendo 4.661 programas e 7.316 cursos, de acordo com dados da plataforma Sucupira, conforme figura 1, demonstrando assim, sua abrangência e consolidação no objetivo de formar profissionais de alto nível.

Figura 1 - Total de Programas e Cursos de Pós-graduação



Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES, 2024)

Por fim, a narrativa da pós-graduação no Brasil se desenha como uma trajetória rica e multifacetada, permeada por marcos históricos, evolução estrutural e adaptações às demandas socioeconômicas. Da formalização do termo nos anos 1940 à expansão e consolidação observadas nas décadas subsequentes, a pós-graduação *stricto sensu* emerge como um pilar fundamental para o avanço acadêmico e científico do país.

Apesar dos desafios enfrentados a partir de 2013, a presença robusta de programas e cursos de pós-graduação em todas as regiões do Brasil, conforme refletido nos dados da plataforma Sucupira, atesta não apenas sua abrangência, mas também sua resiliência em face das oscilações políticas e econômicas. Nesse contexto, a pós-graduação reafirma seu papel vital na formação de profissionais altamente qualificados e na contribuição significativa para o desenvolvimento científico

e tecnológico do país, solidificando-se como um alicerce essencial no cenário educacional e acadêmico brasileiro.

3.3.1 Programas profissionais no âmbito *stricto sensu*

Frente às transformações dinâmicas do cenário socioeconômico brasileiro, torna-se imperativo compreender a evolução das exigências do mercado de trabalho e, por conseguinte, a necessidade premente de adaptação e inovação nos programas educacionais, com destaque para a pós-graduação. Conforme Castro (2005), apesar do êxito que a pós-graduação no Brasil obteve, o campo do mercado das empresas acabou por ficar descoberto. O autor acrescenta, que até mesmo as instituições de ensino, passou a necessitar de perfis de docentes diferentes, dos mestres e doutores puramente pesquisadores. Tal posição vai de encontro com a de Ribeiro (2005), ao afirmar que, a sociedade necessita e tem necessitado cada vez mais de profissionais com formação qualificada para fora e além da academia.

Durante os anos de 1990, como é mencionado por Lamas (2018), observou-se no Brasil um aumento na demanda de alunos que buscavam conhecimentos de alto nível para serem aplicados na prática profissional, dando origem às primeiras discussões sobre a criação dos Mestrados Profissionais. Em 1995, de acordo com Giacomazzo e Leite (2014), por meio da portaria nº47 de 17 de outubro, a Capes (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) implementou os cursos de mestrados dirigidos à formação profissional, a fim de atender tal demanda. Fischer (2005) aponta a criação do mestrado profissional como sendo uma rota de formação alternativa contando com um ensino orientado para a aplicação, além de se basear nos princípios de flexibilidade, organicidade e inovação.

O mestrado profissional, conforme aponta Ribeiro (2005), possui uma vocação interdisciplinar, com capacidade de, simultaneamente, resolver problemas concretos e capacitar profissionais para continuar aplicando soluções a problemas que venham a surgir. Negret (2008) acrescenta, que o mestrado profissional e sua maior capacidade de aplicabilidade, permite que ele adentre no seio da sociedade para compreender por meio de estudos e análises, os reais problemas enfrentados pelo povo e com isso propor soluções baseadas na ciência e na técnica.

Em vista disso, Ribeiro (2005) menciona que é este o ponto que o diferencia do mestrado acadêmico, pois o resultado almejado com o mestrado acadêmico está

voltado para a imersão na pesquisa a longo prazo, formando assim um pesquisador, enquanto no mestrado profissional, a imersão na pesquisa também ocorre, porém, ela é focada na agregação de valor às atividades pessoal e social do pesquisador e na aplicabilidade imediata da pesquisa desenvolvida.

Outra diferença entre os dois tipos de mestrados, é abordada por Oliveira e Fonseca (2023). Os autores argumentam, que a pesquisa no mestrado profissional, diferentemente da do mestrado acadêmico, engloba a busca de formas, linguagens, colaborações e adaptações dos textos acadêmicos para um público que não possui acesso e compreensão a textos com linguagem puramente científica. Apesar das diferenças mencionadas, é importante frisar, conforme mencionam Piquet, Leal e Terra (2005), que ambos os mestrados, acadêmico e profissional, são submetidos à mesma legislação e precisam apresentar padrões de qualidade equivalentes, não tendo um, superioridade sobre o outro.

Conforme os registros de Fischer (2003), os dois primeiros projetos de mestrado profissional colocados em prática ocorreram em 1996 na escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas e na Universidade Federal da Bahia. Nos anos que se sucederam, ainda de acordo com a autora, esse novo modelo de curso obteve um crescimento relevante, com quatro aprovações pela Capes em 1997, seis em 1998, 24 em 1999, 22 em 2000, 25 em 2001, 106 em 2002, chegando em 2023, a marca de 787 programas e 838 cursos em todas as regiões brasileiras, conforme os dados apresentados pela Capes (2023).

Sobral e De Sá Cavalcanti (2018), apontam como sendo um dos maiores desafios e a grande missão dos programas profissionalizantes da pós-graduação *stricto sensu*, a ressignificação e a união das universidades ao setor produtivo, uma vez que, devido à tardia consolidação do sistema educacional brasileiro, tais setores possuem um distanciamento como traço característico de seu desenvolvimento.

Neste sentido, Fischer (2005), considera os mestrados profissionais como sendo um campo para experiências de inovações e reinvenção das práticas acadêmicas, pois permite construir novos desenhos curriculares com novas formas de ensinar e aprender. Tendo como meta, na visão de Morosini (2009), formar profissionais com domínio científico e técnico dentro de uma determinada área do saber, para que ele possa atuar tanto no mercado de trabalho, quanto na área acadêmica.

Além do mercado de trabalho e da academia, a qualificação em alto nível

também é requerida pelos órgãos governamentais. A busca pela maior qualificação do quadro técnico e do alto escalão da burocracia é pleiteada desde a década de 1990, mais especificamente, a partir da reforma gerencial. Pois, de acordo com Silva e Lima (2023), o gerencialismo público, proposto pela reforma gerencial, busca realizar a separação entre a política e a administração, por meio da profissionalização da administração pública. Abrucio (2007) possui a mesma linha de argumentação, ao mencionar que a profissionalização da burocracia é o caminho para reduzir a interferência política, possibilitando maior êxito nas ações públicas.

A necessidade de profissionalizar a administração pública, de acordo com Lima Filho e Carneiro (2020), fez com que o Governo Federal instituísse alguns programas na tentativa de acelerar esse processo, entre eles, os autores mencionam o PNAP (Programa Nacional de Formação em Administração Pública) criado em 2009 com um bacharelado e três especializações focados na gestão pública. Para além da graduação, conforme pontua Lamas (2018), a instituição dos mestrados profissionais permite o desenvolvimento da gestão pública por meio de pesquisas aplicadas com conhecimento técnico do objeto de estudo pelos servidores e profissionais do setor público.

Nesse sentido e na esteira dos cursos do PNAP com foco na gestão pública, é germinada a ideia, conforme Pereira, Longatti e Rezende (2023), da criação de um mestrado profissional na área de administração pública, o que mais tarde, em 2013, é materializado no PROFIAP (Mestrado Profissional em Administração Pública). Conforme relatam Lima Filho e Carneiro (2020), o PROFIAP objetiva contribuir com a qualificação e melhoria da gestão pública.

3.3.2 Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissional Contribuições Na Trajetória Dos Egressos.

A pós-graduação *stricto sensu*, no formato de mestrado profissional, tem se estabelecido como uma via estratégica para o desenvolvimento de competências específicas e práticas aplicáveis diretamente no ambiente de trabalho. Segundo Engstrom, Hortale e Moreira (2020), esses programas exercem um impacto significativo na vida dos egressos, promovendo autoconhecimento, realização profissional e fortalecimento de redes de colaboração, elementos essenciais para o crescimento e adaptação em contextos desafiadores. Em seu estudo, os autores

identificaram que, especialmente para egressos de cursos na área da saúde, essa formação contribui para desenvolver uma postura colaborativa e reflexiva, enriquecendo o ambiente de trabalho e fortalecendo as relações interpessoais ao vincular o crescimento pessoal ao impacto organizacional.

O mestrado profissional também desempenha um papel crucial ao promover uma postura crítica e autônoma nos egressos, capacitando-os para aprimorarem suas práticas profissionais por meio da integração entre teoria e prática (Maciel e Nogueira, 2012). Como apontam Avaristo e Ubeda (2019), essa formação técnico-científica, além de ampliar competências, fortalece a competitividade dos profissionais e a eficácia das instituições onde atuam, proporcionando valorização financeira e prestígio profissional que elevam o reconhecimento dos egressos em suas áreas de atuação.

No contexto específico da segurança pública, Silva, Costa e Santos (2022) utilizam o conceito de “homem parentético” de Guerreiro Ramos para enfatizar como o mestrado profissional fomenta uma consciência crítica e reflexiva sobre o ambiente institucional, permitindo que os egressos questionem práticas vigentes e proponham inovações significativas. Essa formação possibilita uma gestão pública mais ética e alinhada aos valores democráticos e de justiça social, fundamentais para que os egressos atuem de maneira eficaz e responsável, contribuindo para uma cultura organizacional mais transparente e comprometida com a qualidade dos serviços (Silva; Costa; Santos, 2022).

Por outro lado, Nascimento, Cesse e Figueiró (2024) destacam a importância da adequação curricular nesses programas, de forma que as competências adquiridas possam ser aplicadas de maneira prática e relevante nos contextos institucionais. Para eles, o alinhamento entre o currículo e as necessidades do setor público reforça a capacidade dos profissionais em responderem adequadamente às demandas sociais, promovendo uma educação que vai além da teoria, transformando práticas profissionais para enfrentar desafios e necessidades reais.

Geglio, Araujo e Lima (2023) corroboram essa visão ao observar que uma formação prática, estruturada para unir teoria com essa aplicabilidade, potencializa a eficácia dos egressos e facilita a implementação de melhorias nos processos institucionais e na qualidade dos serviços públicos. Essa combinação robusta entre conteúdo teórico e aplicabilidade prática responde diretamente às exigências dos ambientes públicos e privados, capacitando os profissionais a impulsionarem

mudanças significativas em suas instituições.

Esses estudos indicam que a pós-graduação profissional desempenha um papel essencial na formação de profissionais aptos a aplicarem o conhecimento em contextos reais, e como relatam Paixão e Hastenreiter Filho (2014), promovendo também ascensão e mobilidade na carreira, pois amplia oportunidades para cargos estratégicos e de liderança. A pesquisa de Engstrom, Hortale e Moreira (2020) reforça que os programas incentivam redes de relacionamento e o fortalecimento de competências analíticas e de crescimento pessoal, refletindo em práticas organizacionais mais sólidas e no alinhamento da formação ao compromisso com a qualidade dos serviços.

Portanto, o mestrado profissional revela-se uma formação de grande impacto, que vai além do desenvolvimento individual e contribui para a transformação na vida profissional dos egressos e social no setor público, alinhando a formação do profissional ao compromisso com uma gestão pública mais ética, eficiente e responsiva às necessidades da sociedade.

3.3.3 Mestrado Profissional em Administração Pública: PROFIAP - UFSJ

Contextualizando o objeto de estudo, o Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2013, emerge, conforme mencionado por Pereira, Longatti e Rezende (2023), como resultado do protagonismo de um grupo de docentes que integravam o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Estes docentes propuseram à Universidade Aberta do Brasil (UAB) a criação de um mestrado profissional em administração pública. A partir dessa solicitação e com o apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o PROFIAP foi estabelecido como um curso de pós-graduação *stricto sensu*, com financiamento e coordenação da ANDIFES.

O PROFIAP realizou seu primeiro processo seletivo em 2014, como documentado em sua página oficial, oferecendo um total de 220 vagas, que foram distribuídas entre 7 universidades (PROFIAP, 2024). Até o ano de 2016, o curso expandiu sua abrangência com a adesão de novas instituições de ensino superior, alcançando 21 universidades, em 2023 houve uma nova ampliação da rede, totalizando 41 universidades que oferecem o curso, abarcando todas as regiões do Brasil.

Entre os anos de 2014 e 2021, recorte temporal foco do estudo, o PROFIAP registrou a matrícula de um total de 1.693 discentes (PROFIAP, 2024), consolidando sua presença e contribuição significativa para a formação de profissionais na área de administração pública no país. A tabela abaixo mostra as instituições participantes e os anos em que tais instituições realizaram processo seletivo.

Quadro 1 - Instituições Participantes do PROFIAP e Anos de oferta de matrícula

[illegible]

UFAM - Universidade Federal do Amazonas		x
UFBA - Universidade Federal da Bahia		
UFC - Universidade Federal do Ceará		x
UFCA - Universidade Federal do Cariri		x
UFDPAr - Universidade Federal do Delta do Parnaíba		x
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul		x
UFMA - Universidade Federal do Maranhão		x
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais		x
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso		x
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará		x
UFPB - Universidade Federal da Paraíba		
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia		x
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte		x
UFRR - Universidade Federal de Roraima		x
UFU - Universidade Federal de Uberlândia		
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo		x
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará		x
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira		x
UNIPAMPA - Fundação Universidade Federal do Pampa		x

Fonte: Autoria própria

Como requisito para ingressar no curso, é necessário realizar a prova ANPAD, que possui um caráter classificatório e eliminatório. Aqueles que são aprovados nessa prova tem duas modalidades de matrícula à disposição, de acordo com o edital do curso. A primeira modalidade é a de "Reserva de Vagas para Servidores Públicos", a qual é destinada a servidores das instituições de ensino. Nesse caso, as vagas são reservadas para profissionais que atuam no setor público, especificamente nas instituições de ensino. A segunda modalidade é a de "Reserva de Vagas para a Demanda Social", na qual qualquer interessado pode se inscrever, independentemente de seu vínculo com o setor público. Essa modalidade busca abrir as portas do curso para um público mais amplo, incluindo profissionais que não sejam

necessariamente servidores públicos.

Além disso, existe uma terceira modalidade chamada "Convênio", a qual está disponível em algumas instituições participantes do curso. Nessa modalidade, são reservadas vagas para servidores de outros órgãos públicos que tenham convênio com a instituição de ensino em questão. Isso proporciona uma oportunidade adicional para servidores de outros órgãos públicos. Essas diferentes modalidades de matrícula buscam promover a diversidade de perfis de alunos no curso e atender às necessidades tanto de servidores públicos quanto da demanda social em busca de formação em administração pública.

Conforme destacado por Pereira, Longatti e Rezende (2023), o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) representa uma iniciativa de política pública educacional que se alinha diretamente aos princípios consagrados no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Esses dispositivos legais destacam a educação como um direito de todos, dever do Estado e da família, e como um instrumento essencial para o desenvolvimento social e econômico do país.

O PROFIAP, ao promover a capacitação de servidores públicos, materializa esses princípios ao integrar educação e qualificação profissional. Posiciona-se como uma resposta concreta à necessidade de qualificar a força de trabalho no setor público, proporcionando aos participantes ferramentas e conhecimentos que fortalecem sua atuação nas diversas esferas governamentais. Dessa forma, o curso contribui tanto para o aprimoramento individual dos servidores quanto para a eficiência e inovação nas instituições públicas, cumprindo um papel estratégico na promoção de uma administração pública mais eficaz e alinhada aos desafios contemporâneos.

O objetivo principal do PROFIAP é a formação de profissionais que possuam um profundo entendimento do papel desempenhado pelo Estado no contexto brasileiro, compreendam o exercício da cidadania e estejam comprometidos com questões éticas, sociais e ambientais (PROFIAP, 2024). Essa formação visa fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas que tenham um impacto positivo na sociedade como um todo, cumprindo assim seu papel de servir à coletividade. Os graduados pelo Profiap, conforme exposto por Lamas (2018), estão preparados para atuar tanto no campo profissional, contribuindo para a gestão pública eficiente e responsável, quanto no meio acadêmico, promovendo o conhecimento e a pesquisa na área de administração pública.

O presente estudo concentra-se na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), uma instituição que integra o PROFIAP desde 2016. A UFSJ tem suas raízes históricas no dia 21 de abril de 1987, quando foi fundada como Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI). Em 2002, a FUNREI foi transformada em universidade federal, consolidando-se como UFSJ (UFSJ, 2024).

Atualmente, a UFSJ destaca-se por sua ampla abrangência territorial e acadêmica, com seis unidades educacionais distribuídas em cinco municípios do estado de Minas Gerais. Os campi incluem o Campus Alto Paraopeba (CAP), situado na divisa entre Ouro Branco e Congonhas; o Campus Centro-Oeste "Dona Lindu" (CCO), em Divinópolis; o Campus Dom Bosco (CDB) e o Campus Santo Antônio (CSA), ambos em São João del-Rei; o Campus Sete Lagoas (CSL), em Sete Lagoas; e o Campus Tancredo Neves (CTAN), também localizado em São João del-Rei (UFSJ, 2024).

Conforme o relatório "UFSJ em Números 2022", a instituição oferece um total de 50 cursos de graduação presenciais, 4 cursos de graduação a distância, e 39 programas de pós-graduação distribuídos entre seus campi, consolidando-se como um importante polo de educação superior na região (UFSJ, 2022).

O Campus Tancredo Neves (CTAN), que sedia o PROFIAP, é a maior unidade da UFSJ em termos territoriais, com uma área cinco vezes superior à soma dos demais campus. Localizado às margens da BR-494, o CTAN é um campus multifacetado, abrigando 12 cursos de graduação nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes Aplicadas, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social – Jornalismo, Educação Física, Geografia, Música, Teatro e Zootecnia. Além disso, oferece 8 programas de pós-graduação que abrangem diversas áreas do conhecimento, incluindo Administração Pública, Artes Cênicas, Artes Urbanidades e Sustentabilidade, Ciência da Computação, Desenvolvimento, Planejamento e Território, Geografia, Música e Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (UFSJ, 2024).

A UFSJ tornou-se oficialmente associada à rede PROFIAP em 2016, com sua primeira turma composta por dez alunos. Desde então, até o ano de corte temporal deste estudo, em 2021, a instituição aprovou para ingressou um total de 48 alunos. A distribuição anual desses alunos é detalhada na tabela 1 a seguir, destacando o crescimento e consolidação do curso no âmbito da universidade (UFSJ, 2024).

Essa trajetória reflete a relevância da UFSJ como uma instituição de ensino

superior comprometida com a qualificação profissional e acadêmica, sendo o PROFIAP um importante componente dessa missão, voltado para a capacitação de servidores públicos e o fortalecimento da gestão pública em âmbito regional e nacional.

Tabela 1 - Número de egressos por ano UFSJ

Ano	Número de Egressos
2016	10
2017	10
2019	14
2021	14
Total	48

Fonte: Autoria Própria

Para os fins desta pesquisa, foram considerados apenas os egressos que concluíram o curso, totalizando um conjunto de 35 participantes. A escolha dessa amostra baseia-se na premissa de que a conclusão do curso é um critério essencial para a avaliação dos desdobramentos resultantes do curso. Os demais egressos foram excluídos, pois não havia completado todas as etapas exigidas, o que poderia prejudicar a análise da eficácia do curso em seu formato completo.

Essa delimitação assegura maior consistência e confiabilidade nos resultados, permitindo uma análise mais aprofundada e precisa das experiências e percepções dos alunos que vivenciaram a totalidade do percurso acadêmico. Além disso, a seleção deste grupo de egressos possibilita investigar de maneira mais detalhada o impacto do PROFIAP em suas trajetórias profissionais e acadêmicas, fornecendo dados valiosos sobre a real contribuição do curso para o desenvolvimento das competências e para a evolução de suas carreiras.

4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e exploratória, com um enfoque local, esse percurso foi escolhido para analisar os avanços e contribuições do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal de São João del-Rei para os egressos. Conforme Oliveira (2008), o método qualitativo se baseia na interpretação do mundo real, sendo essa a pauta principal a ser analisada e, a partir das experiências vividas pelos seres

humanos, é que o pesquisador constroi seus estudos. Nas pesquisas qualitativas, de acordo com Alves e Silva (1992), tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos. Essa escolha possibilitou a análise de aspectos subjetivos e contextuais, essenciais para captar as nuances das experiências e impactos relatados pelos participantes.

O caráter descritivo e exploratório da pesquisa, conforme Godoy (1995), visa não apenas descrever os resultados obtidos, mas também explorar novos *insights* e oportunidades de aprimoramento do curso, contribuindo para a literatura acadêmica sobre formação profissional no setor público. Sendo um estudo localizado, os resultados refletem as especificidades da UFSJ e seu contexto institucional, proporcionando subsídios para análises futuras em outras unidades da rede PROFIAP.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica, que constitui, conforme Garcia (2016), uma etapa fundamental em qualquer pesquisa. A revisão bibliográfica representa a fundamentação teórica da investigação, permitindo compreender o estado da arte sobre o tema e situar o estudo no contexto acadêmico e científico. Essa etapa foi essencial para estabelecer os principais conceitos e debates relacionados ao impacto do mestrado profissional, como o PROFIAP, na qualificação e nas trajetórias profissionais de seus egressos.

Foi definido o recorte temporal da pesquisa, abrangendo todos os alunos aprovados entre os anos de 2016, quando se registra o início do PROFIAP na UFSJ, até o ano de 2021. Esse período foi escolhido para garantir que os participantes da pesquisa já tivessem concluído o curso, permitindo avaliar com maior precisão os desdobramentos do curso em suas trajetórias pessoais e profissionais. Essa delimitação temporal também possibilitou uma análise consistente e alinhada aos objetivos da pesquisa, abrangendo um período suficientemente amplo para observar tendências e padrões entre os egressos do curso.

Para viabilizar a coleta de dados, foi solicitado à coordenação do curso acesso aos dados de e-mail e telefone dos egressos. A coleta foi realizada por meio de um questionário eletrônico (Anexo 1) elaborado na plataforma *Google Forms*, que foi distribuído inicialmente via e-mail para os egressos. O envio do questionário ocorreu no dia 24/07/2024, sendo assim o período total de coleta de dados compreendeu de 24/07/2024 a 11/10/2024, garantindo tempo suficiente para que os egressos respondessem ao questionário. Essa metodologia assegurou uma coleta abrangente,

respeitando a disponibilidade dos participantes e ampliando a base de dados para a análise dos resultados.

Após um mês, verificou-se uma taxa de retorno baixa, o que motivou a adoção de uma nova estratégia. Foi realizado um contato adicional com os egressos por meio do aplicativo WhatsApp, seguido de um reenvio do questionário via e-mail, reforçando o pedido de participação na pesquisa. Essa abordagem mista contribuiu para aumentar a taxa de respostas e alcançar um número representativo de participantes.

O conjunto da pesquisa foi composto por 35 egressos do PROFIAP-UFSJ, dos quais 32 responderam ao questionário, resultando em uma taxa de resposta de 91,43%, neste sentido considera-se uma amostra consistente se comparado aos trabalhos de Gomes et al., 2023, Engstrom, Hotale E Moreira, 2020 e Nascimento, Cesse e Figueiró, 2024, que obtiveram uma taxa de 58% 53% e 54% respectivamente. Esse índice elevado reforça a efetividade da estratégia de coleta de dados adotada e garante a representatividade dos resultados, permitindo uma análise detalhada das percepções e contribuições dos egressos em relação ao programa.

Para a análise das respostas, utilizou-se a estatística descritiva, que, conforme Santos (2007), permite "recolher, organizar, sintetizar e descrever os dados" de forma clara e objetiva. Essa abordagem possibilitou uma visão estruturada das informações coletadas, facilitando a identificação de padrões e tendências nas respostas dos egressos.

Os dados foram organizados por meio de gráficos gerados pela plataforma *Google Forms* e, quando necessário, complementados e refinados com o auxílio do *software Excel*, garantindo maior precisão e personalização na apresentação dos resultados. Essa metodologia permitiu uma análise visual e interpretativa das informações, tornando mais acessível a compreensão dos resultados e sua relação com os objetivos da pesquisa.

Para a última questão do questionário, uma questão aberta, foi empregada a análise de conteúdo como metodologia, seguindo os fundamentos de Mozzato e Grzybowski (2011), que a definem como um método sistemático de tratamento de comunicações. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo desenvolve-se em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações.

A pré-análise, que é a etapa de organização proposta por Bardin (2016), o objetivo foi sistematizar as ideias iniciais, preparando os dados para a análise

aprofundada. Nessa fase, as respostas abertas fornecidas pelos egressos foram transcritas e organizadas em um documento *Word*. As respostas foram separadas por cada participante, permitindo uma visualização clara e ordenada dos relatos. Após a organização preliminar, deu-se início à exploração do material, que consistiu em codificar e decompor os dados brutos das respostas dos egressos, identificando temas centrais e recorrentes.

Na etapa final, tratamento dos resultados, os dados foram analisados e interpretados de maneira a gerar inferências significativas alinhadas aos objetivos da pesquisa. Essa etapa envolveu a categorização, que, conforme Bardin (2016), consiste em classificar os elementos de um conjunto por diferenciação e reagrupá-los por analogia. As frentes identificadas nas respostas foram agrupadas como: sugestões, críticas, elogios e outros comentários. Essas classes foram sistematizadas como elementos sob um título genérico, com base nas características comuns entre as respostas.

Todas as respostas da pergunta aberta foram organizadas nesses grupos e analisadas com o objetivo de compreender as percepções dos egressos, os desafios enfrentados, e as oportunidades de melhoria para o PROFIAP. Essa abordagem garantiu um tratamento qualitativo detalhado e coerente com as especificidades das respostas, contribuindo para uma análise fundamentada do material coletado.

Para responder de forma clara e estruturada ao objetivo geral e abordar cada um dos objetivos específicos definidos para este estudo, foi elaborado um quadro que detalha como cada objetivo foi atendido com base nas perguntas formuladas no questionário distribuído aos egressos do PROFIAP. Esse instrumento permitiu estabelecer uma relação direta entre os objetivos da pesquisa e as informações coletadas, assegurando uma análise consistente e alinhada às propostas iniciais do estudo. O quadro, apresentado a seguir (Quadro 2), organiza os objetivos específicos, destacando as questões relacionadas do questionário e a forma como essas questões contribuíram para a obtenção de resultados significativos, oferecendo uma visão clara do caminho percorrido para alcançar os achados apresentados.

Quadro 2 - Alinhamento dos Objetivos específicos com o questionário

Objetivos Específicos	Questionário
-----------------------	--------------

• Mapear os egressos do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei;	➤ Gênero ➤ Faixa Etária ➤ Estado civil ➤ Qual sua renda mensal bruta aproximada? ➤ Em qual estado você reside? ➤ Em qual cidade você reside? ➤ Ano de ingresso no PROFIAP ➤ Sua graduação foi em qual área de formação? ➤ Qual é o seu grau acadêmico mais alto antes de ingressar no PROFIAP?
• Identificar os setores públicos e privados com maior representatividade de egressos no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP).	➤ Qual foi sua modalidade de acesso ao curso? ➤ Durante a realização do curso, você conseguiu afastamento? ➤ Setor de atuação anterior ao PROFIAP: ➤ Você continua atuando no mesmo setor? ➤ Em qual departamento você atuava antes do PROFIAP? ➤ Você continua no mesmo departamento?
• Avaliar como a proposta do curso se alinha com as necessidades e exigências pessoais e profissionais dos egressos;	➤ Você faria um doutorado no âmbito do PROFIAP? ➤ Após concluir o PROFIAP você recebeu algum benefício direto no seu trabalho? ➤ Quais ações foram implementadas no seu local de trabalho como resultado da sua participação no curso? (Pode selecionar mais de uma opção). ➤ Como você percebe que o curso contribuiu para sua qualificação profissional e transformação pessoal? (Pode selecionar mais de uma opção). ➤ Quais são as fragilidades que você identificou em sua formação profissional após concluir o mestrado? (Pode selecionar mais de uma opção).

	➤ Considerando a natureza da formação <i>stricto sensu</i> oferecida pelo PROFIAP, você percebe que essa formação está alinhada com as demandas e desafios específicos enfrentados pelos profissionais que atuam no setor público? ➤ Em sua opinião, você considera viável e benéfica a formação de uma turma híbrida no PROFIAP, composta por servidores técnicos e profissionais da demanda social? ➤ Na sua percepção, você considera que a proposta curricular do PROFIAP é adequada para a formação do servidor público? ➤ Na sua percepção, quais são os principais pontos de convergência entre o conteúdo do curso oferecido pelo PROFIAP e as atividades que você realiza em seu trabalho? (Pode selecionar mais de uma opção). ➤ Em sua opinião, qual é a relação entre a qualidade do serviço público e o desempenho dos servidores públicos com a realização de estudos formais, como programas de mestrado <i>stricto sensu</i>?
PERGUNTA ABERTA - LIVRE	➤ Por favor, sinta-se à vontade para compartilhar quaisquer sugestões ou ideias que você tenha para melhorar o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) no âmbito local.

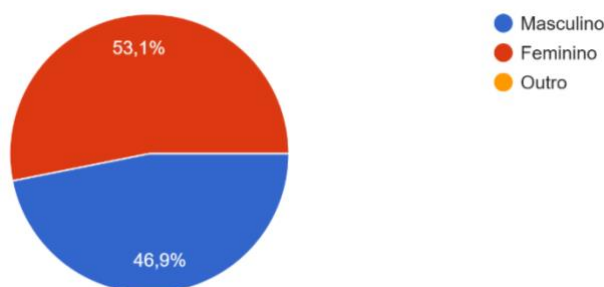
Fonte: Elaboração Própria

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme os resultados, observa-se uma diversidade no perfil dos egressos em termos de gênero, com uma predominância feminina (53,1%), conforme o Gráfico 1. Esse dado é consistente com os estudos de Geglio, Araújo e Lima (2023), Engstrom, Hortale e Moreira (2020) e Vargas *et al.* (2015), que também identificaram a maior

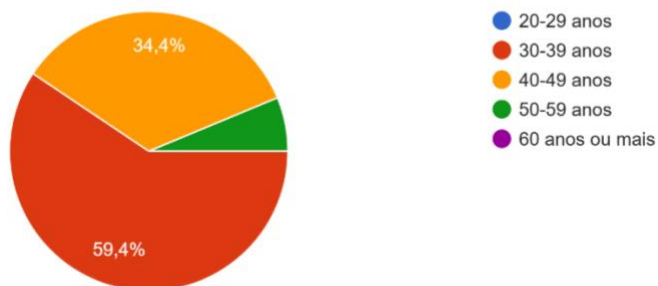
participação de mulheres em cursos de mestrado profissional. Essa predominância pode ser justificada pelos dados da Capes (2018), que revelam que, em média, as mulheres representam 53,5% dos indivíduos com diploma de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Entre as razões apontadas para essa maior presença feminina estão: a maioria populacional feminina no país, maior expectativa de vida, mais anos de estudo em comparação aos homens, a responsabilidade frequente pelo sustento domiciliar, além do incentivo para buscar qualificação avançada como forma de reduzir as disparidades salariais em relação aos homens (CAPES, 2018).

Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Dados da Pesquisa

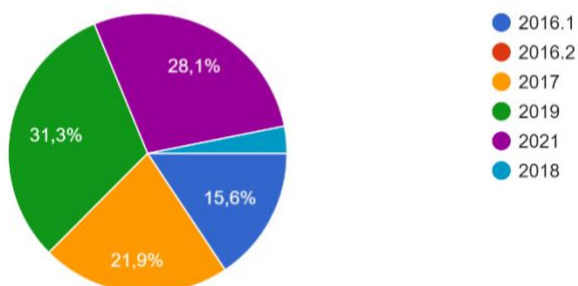
Quanto à faixa etária, todos os egressos têm entre 30 e 59 anos, com predominância na faixa de 30-39 anos (59,4% dos respondentes), conforme gráfico 2. Essa concentração de egressos mais jovens sugere que o mestrado é procurado como uma estratégia de desenvolvimento e ascensão na carreira. Esse dado está alinhado com as observações de Nascimento, Cesse e Figueiró (2024), Avaristo e Ubeda (2019) e Paixão e Hastenreiter Filho (2014), que destacam o impacto positivo do mestrado profissional na progressão de carreira de profissionais em fases iniciais, ajudando-os a alcançar cargos mais elevados.

Gráfico 2 - Faixa Etária

Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos egressos reside no estado de Minas Gerais, com apenas três localizados em outros estados: São Paulo, Rondônia e Paraná. Dentre os residentes em Minas Gerais, 62% vivem em São João del-Rei. Essa concentração era esperada, uma vez que o foco do estudo é o PROFIAP oferecido especificamente pela UFSJ, situada nesta cidade.

O PROFIAP na UFSJ iniciou suas atividades em 2016, e, para esta pesquisa, o questionário foi distribuído apenas entre egressos que já haviam defendido sua dissertação. Entre os respondentes, houve uma maior concentração de egressos, conforme o gráfico 3 dos anos de 2019 (31,3%) e 2021 (28,1%), o que se justifica pelo fato de esses dois anos, dentro do recorte temporal do estudo, terem tido a maior oferta de vagas, conforme os dados encontrados na página oficial do PROFIAP (PROFIAP, 2024).

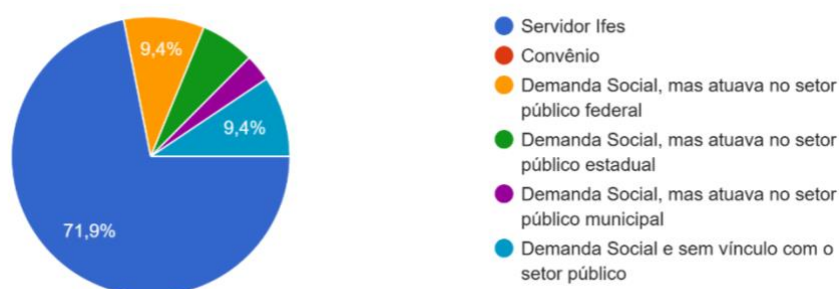
Gráfico 3 - Ano de ingresso no PROFIAP

Fonte: Dados da Pesquisa

O PROFIAP reserva uma parte de suas vagas para servidores públicos de

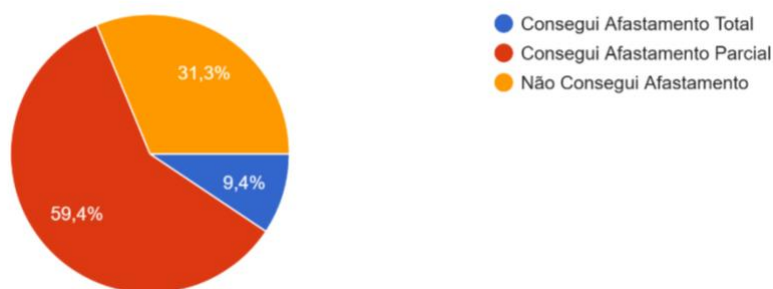
Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o que explica a entrada de 71,9% dos egressos por meio dessa modalidade (Gráfico 4). No entanto, por se tratar de um curso voltado para a Administração Pública, ele também atrai o interesse de servidores de outras esferas do poder público. Entre os egressos que ingressaram por meio da modalidade de demanda social, observa-se que 18,8% já eram servidores atuantes em diferentes esferas governamentais, o que reforça a abrangência e a relevância do curso para profissionais além do âmbito das IFES, incluindo aqueles de administrações municipais, estaduais e federais. O que reflete o objetivo do PROFIAP de qualificar servidores para uma atuação mais eficiente e inovadora, em conformidade com Silva, Costa e Santos (2022) sobre a importância da formação para o este setor público. Ainda pela modalidade de demanda social, 9,3% dos egressos ingressaram nessa categoria sem possuírem vínculo prévio com o setor público, sugerindo que o desejo de ingressar nesse setor pode ter sido um motivador significativo para a escolha do PROFIAP.

Gráfico 4 - Modalidade de Acesso



Fonte: Dados da Pesquisa

Tendo em vista que a maior parte dos egressos são servidores públicos, observa-se que esse setor oferece incentivo para a qualificação do seu quadro de colaboradores pois, de acordo com o gráfico 5, 59,4% conseguiram afastamento parcial e 9,4% afastamento total de suas atividades para realização do curso. Esse incentivo está alinhado aos princípios da Nova Gestão Pública, que, de acordo com Gomes e Oliveira (2010), prioriza a orientação para o cidadão, a descentralização, e o estímulo à criatividade e inovação, além de valorizar o aumento da qualificação e profissionalização do corpo de servidores públicos.

Gráfico 5 - Afastamento para realização do curso

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que 43,8% dos egressos são graduados em Administração (Gráfico 6), entretanto, 56,2%, ou seja, a maioria possui formação de forma pulverizada em áreas bem distintas de conhecimento. Isso demonstra o caráter multidisciplinar da atuação no setor público, conforme destacado por Brasil e Capella (2016), que apontam a importância da multidisciplinaridade nas políticas públicas. Os autores relatam que essa diversidade de formações permite um diálogo amplo e reflexões abrangentes, fundamentais para o desenvolvimento da área pública, dado que os problemas sociais têm natureza multidisciplinar, suas soluções também exigem abordagens integradas entre diferentes áreas do conhecimento.

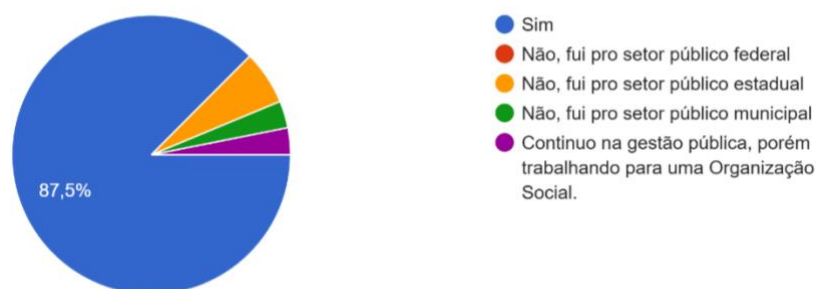
Gráfico 6 - Curso de Graduação

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o gráfico 7, a maioria dos egressos (87,5%) permaneceu no mesmo setor de atuação após concluir o mestrado profissional em Administração Pública, enquanto os demais migraram para diferentes esferas dentro do setor público. Esse padrão é consistente com o observado por Silva, Costa e Santos (2022), que destacam que os mestrados profissionais podem servir como uma ponte para a

transição de carreira, capacitando profissionais para novas demandas e desafios específicos do setor público. Nascimento, Cesse e Figueiró (2024) também identificaram que a formação profissional em gestão pública atrai profissionais de diversos setores que veem no mestrado uma oportunidade para qualificação específica e ingresso no setor público. Reforçando o papel do PROFIAP como um facilitador dessa transição e qualificação para a carreira pública.

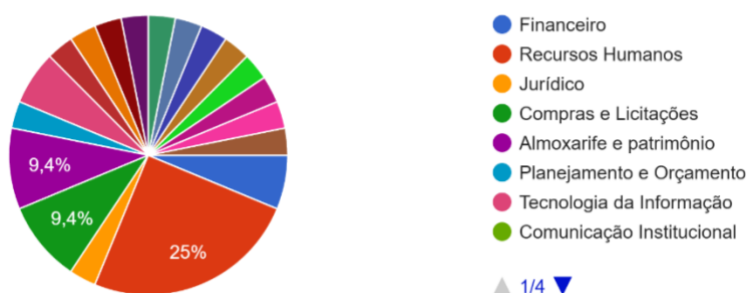
Gráfico 7 - Continuidade no Setor de Atuação

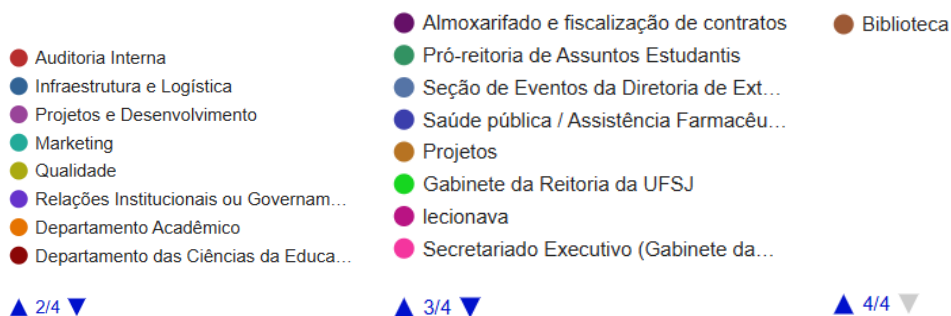


Fonte: Dados da Pesquisa

Apesar da predominância de egressos no setor público, não há um padrão uniforme quanto aos departamentos em que esses profissionais atuam. Conforme mostrado no gráfico 8, observa-se que 25% dos egressos estão concentrados no departamento de Recursos Humanos, refletindo uma tendência de alocação nesse setor. No entanto, os demais egressos estão distribuídos por diversos departamentos. Isso indica uma diversidade de trajetórias e possibilidades de atuação no setor público, o que pode ser interpretado como uma ampla gama de competências e habilidades adquiridas ao longo da formação.

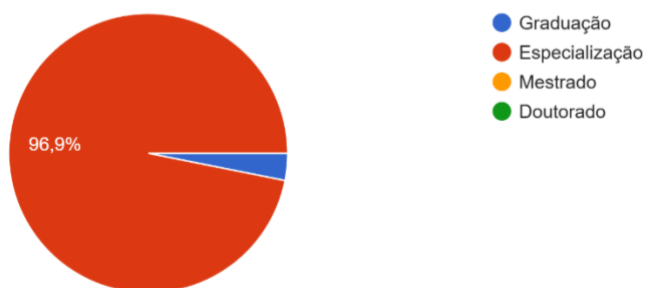
Gráfico 8 - Departamento de Atuação antes do PROFIAP





Entre os egressos respondentes, 96,9% tinham a especialização como o grau acadêmico mais alto antes de ingressar no PROFIAP, como pode ser observado no gráfico 9. Esse dado está alinhado com os resultados de Gomes *et al.* (2023) e Engstrom, Hortale e Moreira (2020), que apontam uma tendência entre os egressos de acumular capital cultural de forma institucionalizada, especialmente por meio de diplomas formais. Esses estudos sugerem que o investimento em qualificações acadêmicas, como especializações e mestrados, reflete uma busca por reconhecimento e valorização profissional, onde a formação contínua é vista como um diferencial competitivo e uma forma de ascensão na carreira.

Gráfico 9 - Grau Acadêmico mais alto antes do PROFIAP

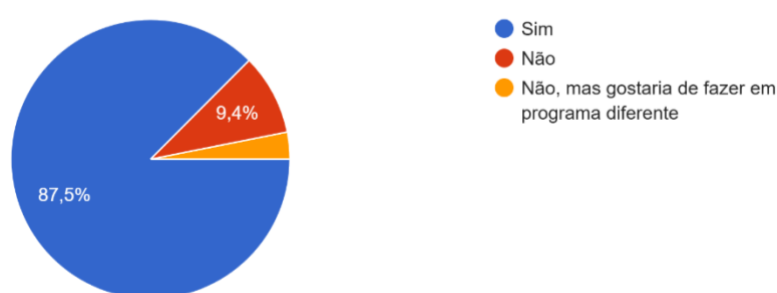


Quando questionados sobre o interesse em ingressar em um curso de doutorado, 87,5% dos egressos indicaram preferência pelo doutorado no âmbito do PROFIAP, enquanto 9,4% demonstraram interesse em outro curso, o que pode ser visto no gráfico 10. Esse dado está em linha com os resultados de Geglio, Araújo e Lima (2023), Vargas *et al.* (2015) e Sehnem *et al.* (2020), que observam este, como um meio, uma alternativa capaz de prover uma formação continuada e gerar futuras

oportunidades profissionais diferenciadas.

Segundo Sehnem *et al.* (2020), a busca pela formação continuada representa uma estratégia para adquirir novas habilidades e conhecimentos, que podem proporcionar oportunidades profissionais diferenciadas e maior reconhecimento no mercado de trabalho. Essa tendência reflete o valor atribuído à qualificação contínua e ao aprimoramento profissional, reforçando o papel dos cursos de pós-graduação na construção de carreiras de longo prazo e no desenvolvimento de competências avançadas.

Gráfico 10 - Interesse em realizar um Doutorado no âmbito do PROFIAP



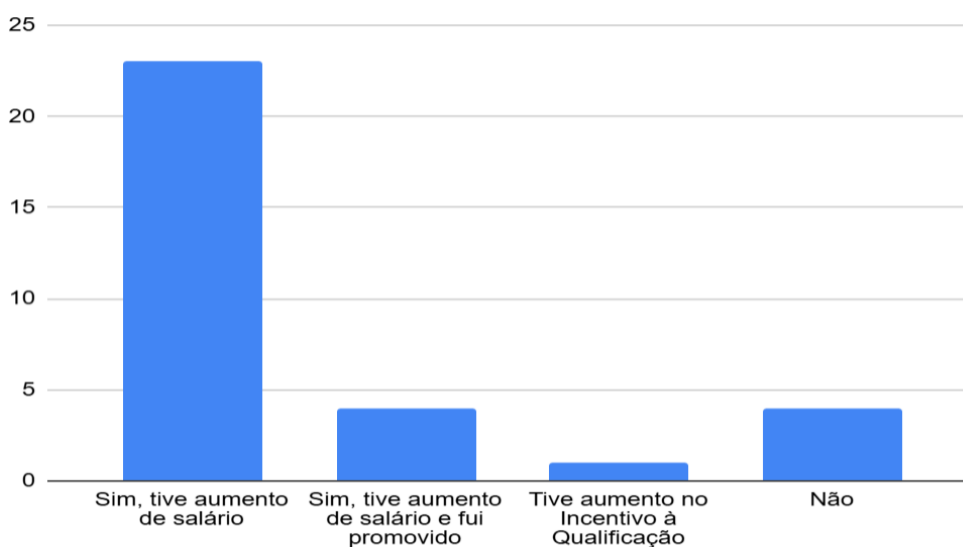
Fonte: Dados da Pesquisa

Ao analisar as implicações do mestrado profissional em termos de benefícios diretos para os egressos, observa-se que 71,9% relataram ter obtido aumento salarial, enquanto 12,5% obtiveram o aumento salarial e alcançaram promoção em suas funções. Além disso, um dos respondentes declarou ter assumido um cargo comissionado após a conclusão do mestrado, evidenciando o impacto positivo da qualificação para a progressão profissional. Esses dados corroboram os achados de Paixão e Hastenreiter Filho (2014), Gomes *et al.* (2023), Geglio, Araujo e Lima (2023), Engstrom, Hortale e Moreira (2020) e Avaristo e Ubada (2019), que identificaram o mestrado profissional como um diferencial significativo para a ascensão na carreira e a valorização financeira.

Avaristo e Ubada (2019) destacam que, entre os técnico-administrativos de instituições de ensino superior (IES) – grupo com grande representatividade no PROFIAP –, a formação acadêmica avançada é incentivada pelo plano de carreira, que prevê bonificação salarial para servidores com qualificação superior à exigida para o cargo. Esse incentivo financeiro torna-se, portanto, um fator atrativo para os servidores buscarem o mestrado profissional, como também reforça Lamas (2018),

que aponta o aumento salarial como uma das principais motivações para a escolha de cursar o PROFIAP. Esses resultados refletem a relevância do curso tanto para o desenvolvimento das competências dos servidores quanto para a valorização do capital humano nas instituições públicas, promovendo uma qualificação que traz benefícios individuais e institucionais.

Gráfico 11 - Benefício recebido com a conclusão do curso



Fonte: Dados da Pesquisa

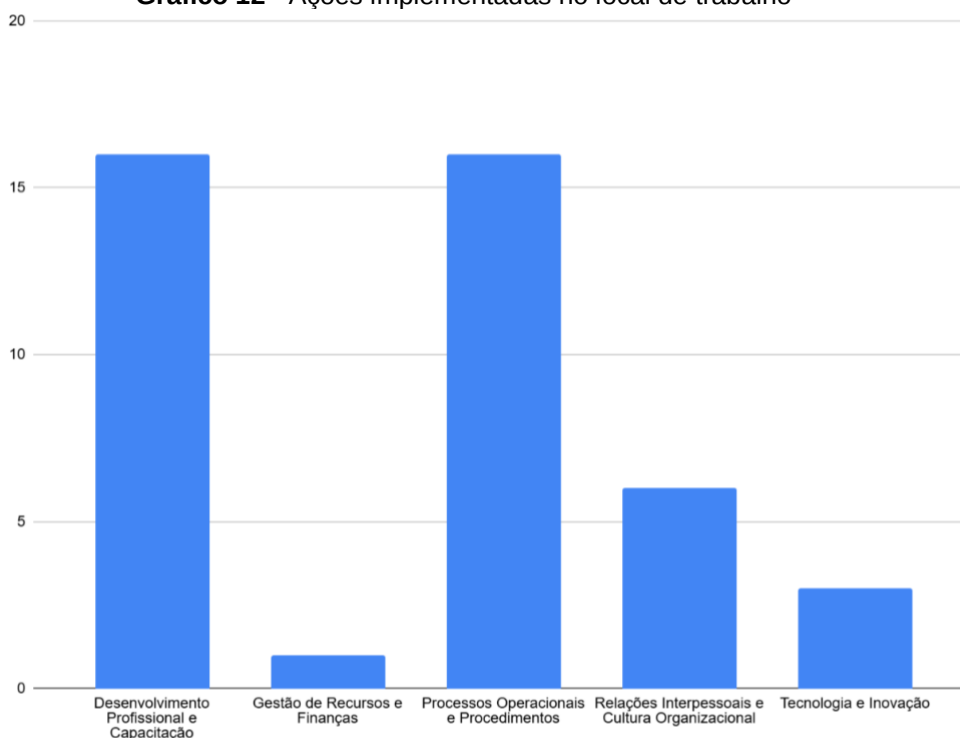
Como resultado de sua participação no PROFIAP, os egressos foram questionados sobre as ações implementadas em seus locais de trabalho, com a possibilidade de selecionar mais de uma resposta além de um campo aberto para expressarem ações que as opções predefinidas não abrangiam. Observou-se, conforme o gráfico 12, uma concentração de 46,87% para o desenvolvimento profissional e capacitação dos próprios egressos, assim como para a implementação de novos processos operacionais e procedimentos. Esse dado está em consonância com os resultados de Engstrom, Hortale e Moreira (2020), que identificaram que o mestrado profissional proporciona aos egressos a capacidade de refletir criticamente sobre suas práticas e introduzir melhorias significativas no ambiente de trabalho. Da mesma forma, Nascimento, Cesse e Figueiró (2024) ressaltam que a formação em gestão pública gera impactos diretos nas instituições, uma vez que os egressos aplicam o conhecimento adquirido para aprimorar processos e práticas organizacionais.

Além disso, a pesquisa de Avaristo e Ubeda (2019) evidencia que a qualificação

promovida pelo mestrado profissional reforça a capacidade dos servidores em contribuir para a inovação e eficiência nas instituições públicas, alinhando-se às metas de modernização e melhoria dos serviços. A implementação de processos mais eficazes e a valorização do desenvolvimento profissional entre os egressos do PROFIAP indicam que o curso cumpre seu papel ao preparar os profissionais para enfrentar os desafios institucionais, gerando melhorias organizacionais que beneficiam tanto os servidores quanto a sociedade.

No entanto, é importante observar que, no campo aberto do questionário, um respondente relatou não ter conseguido implementar novas ações devido ao engessamento da instituição em que atua. Essa limitação aponta para um desafio já identificado na literatura. Silva, Costa e Santos (2022) discutem que, embora o mestrado profissional proporcione aos egressos competências para a inovação, a rigidez estrutural de muitas instituições públicas pode limitar a aplicabilidade do conhecimento adquirido. Esse dado destaca a necessidade de não apenas formar servidores capacitados, mas também de promover mudanças institucionais que favoreçam a implementação de práticas inovadoras. Assim, o PROFIAP desempenha um papel essencial na qualificação dos profissionais, mas os desafios organizacionais permanecem como barreiras para que o impacto do curso alcance todo o seu potencial.

Gráfico 12 - Ações implementadas no local de trabalho



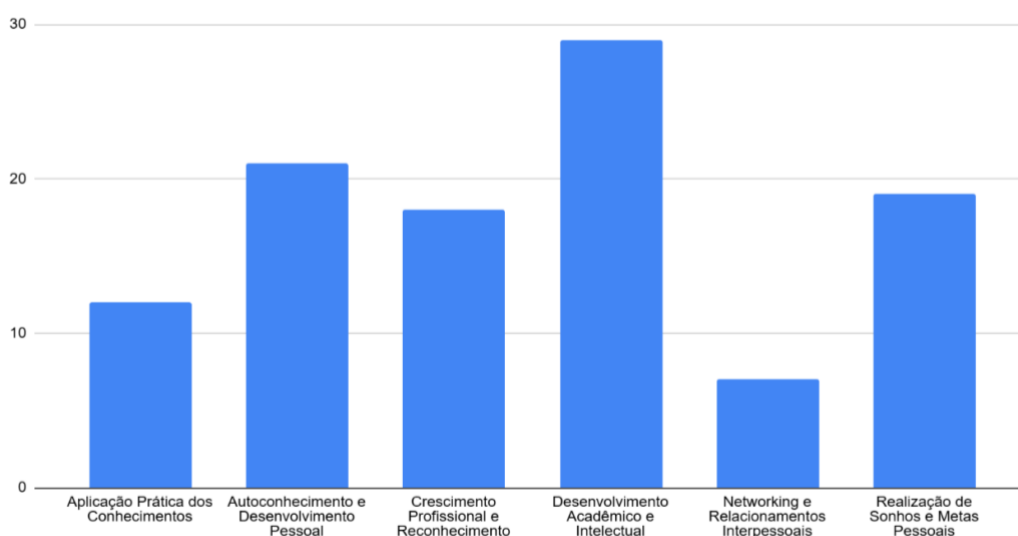
Fonte: Dados da Pesquisa

Para avaliar as contribuições do PROFIAP nas esferas pessoal e profissional, os egressos foram incentivados a selecionar múltiplas alternativas. Os aspectos de maior destaque foram o desenvolvimento acadêmico e intelectual, indicado por 90,6% dos respondentes; o autoconhecimento e desenvolvimento pessoal (65,6%); a realização de sonhos e metas pessoais (59,4%); e o crescimento profissional e reconhecimento (56,3%) conforme é apresentado no gráfico 13.

Esses resultados estão alinhados com os achados de Engstrom, Hortale e Moreira (2020), que apontam a formação profissional como catalisadora de transformações profundas na vida pessoal dos egressos, promovendo uma postura mais reflexiva e colaborativa. A formação continuada reforça o autoconhecimento e a capacidade dos profissionais de se adaptarem a novos desafios, um aspecto também observado por Nascimento, Cesse e Figueiró (2024), que destacam a relevância da pós-graduação para o crescimento pessoal e profissional.

Avaristo e Ubeda (2019) acrescentam que o mestrado profissional incentiva o egresso a alcançar metas pessoais e a buscar novos desafios, fator que se reflete na realização de objetivos de longo prazo e na consolidação de planos de carreira. A contribuição do PROFIAP para o reconhecimento profissional dos egressos, destacada por 56,3% dos participantes, também confirma a valorização do capital humano e do capital cultural descrita por Gomes *et al.* (2023), onde o mestrado é visto como uma ferramenta para a construção de uma trajetória de sucesso, alinhando o desenvolvimento pessoal e profissional a uma formação sólida e focada em resultados.

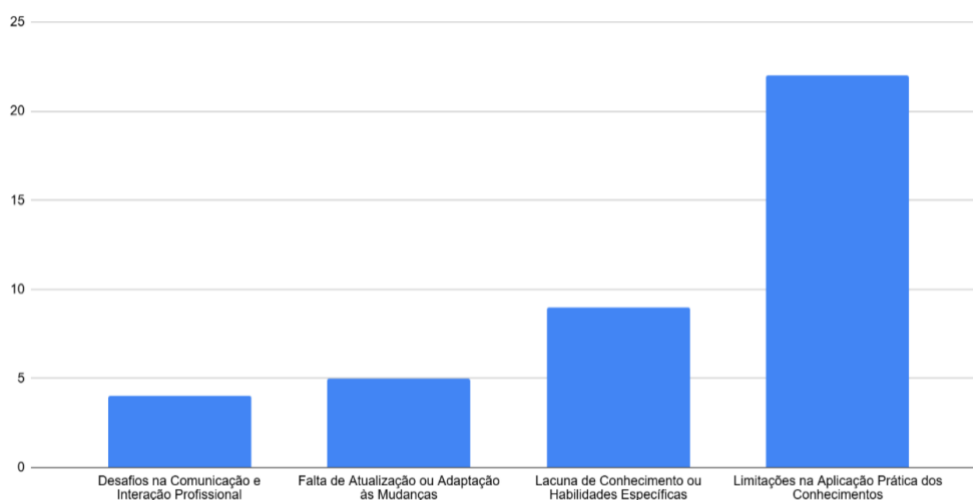
Gráfico 13 - Contribuições na Esfera Pessoal e Profissional



Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto às fragilidades do curso, os egressos identificaram limitações principalmente no aspecto prático do conhecimento adquirido, com 68,8% dos respondentes apontando essa questão, como pode ser observado no gráfico 14. No entanto, como o questionário permitiu que os participantes expressassem suas percepções livremente, alguns destacaram que essa limitação estava mais associada às características dos diferentes setores em que atuam, do que ao curso em si. Entre os relatos, observam-se comentários como: “Não houve fragilidades, somente a questão natural de realização exclusiva das atividades inerentes ao setor”; “Falta de incentivo da organização em utilizar os novos conhecimentos adquiridos pelo profissional”; e “As áreas de formação são muito diferentes (acredito que não se aplica)”.

Esses resultados estão alinhados com as observações de Silva, Costa e Santos (2022), que destacam que o contexto organizacional e as diferenças setoriais podem dificultar a aplicação direta do conhecimento teórico, especialmente em ambientes públicos onde há pouca flexibilidade para a implementação de práticas inovadoras. Nascimento, Cesse e Figueiró (2024) também indicam que, embora o mestrado profissional forneça uma base teórica sólida, a aplicabilidade prática pode ser limitada por questões estruturais e culturais específicas das instituições. Esses achados são corroborados com o relato de um dos egressos, registrado no campo aberto do questionário referente ao Gráfico 12, que destacou o impacto negativo do engessamento institucional na implementação de novas ações e reforça a necessidade de que o curso de mestrado contemplem metodologias que aproximem o aprendizado teórico das realidades institucionais dos egressos, permitindo que as competências adquiridas sejam efetivamente aproveitadas em diferentes contextos de atuação.

Gráfico 14 - Fragilidades na formação

Fonte: Dados da Pesquisa

Os gráficos 15, 16, 17 e 18 apresentam os resultados que avaliam o alinhamento do curso com as práticas profissionais dos egressos, foram realizadas quatro perguntas, números 21, 23, 24 e 25 que convergiram sua intenção de verificar a proposta curricular do PROFIAP, considerando sua natureza *stricto sensu* e seu alinhamento com as demandas e desafios específicos enfrentados pelos profissionais que atuam no setor público.

Os resultados indicaram que 56,3% (gráfico 15) dos egressos consideram a formação *stricto sensu* do PROFIAP parcialmente alinhada às demandas específicas do setor público, apesar de no gráfico 16, 90,6% avaliarem a proposta curricular como adequada para a formação de servidores públicos. Quanto aos pontos de convergência entre a formação oferecida e a prática profissional (Gráfico 17), 50% dos egressos destacaram o alinhamento dos temas e abordagens como principal fator, seguido pela aplicação prática do conhecimento, mencionada por 40,6%. É importante destacar que, nesse questionamento, foi disponibilizado um espaço aberto para que os egressos apresentassem outras perspectivas e contribuições. Entre as respostas registradas, houve um relato que destacou: “Alinhamento parcial e aplicabilidade parcial, devido à minha área de atuação ser muito específica”. Esse depoimento ressalta um desafio comum enfrentado por cursos multidisciplinares como o PROFIAP, que é atender às demandas variadas dos participantes que atuam em diferentes contextos profissionais.

Paixão e Hastenreiter Filho (2014) sugerem que os mestrados profissionais

precisam investir em uma flexibilidade curricular maior, que permita a customização de disciplinas e atividades conforme as necessidades individuais dos participantes. Esse tipo de abordagem pode contribuir para ampliar o impacto do aprendizado, mesmo em áreas de atuação muito específicas, garantindo que o conhecimento adquirido seja relevante e aplicável independentemente do setor em que o egresso atua.

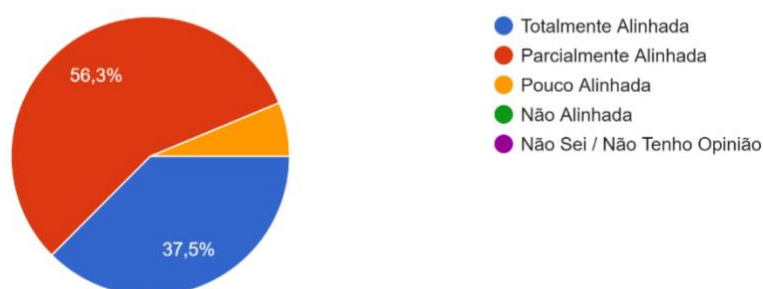
Em relação à realização do curso e à execução das atividades profissionais (Gráfico 18), 43,8% dos egressos indicaram que a formação formal traz uma melhoria significativa na qualidade do serviço público e no desempenho dos servidores, enquanto 37,5% observaram uma melhora moderada. Não houve respostas indicando que o curso não teve influência, o que explica a ausência dessa opção no gráfico. Esses dados reforçam a percepção de que o PROFIAP desempenha um papel relevante na capacitação dos servidores e no aprimoramento da administração pública.

Esses achados estão em sintonia com a literatura. Nascimento, Cesse e Figueiró (2024) destacam que o alinhamento curricular é essencial para que o conhecimento adquirido seja relevante e aplicável nas práticas do setor público, permitindo que os egressos respondam aos desafios institucionais com maior eficácia. Geglio, Araujo e Lima (2023) reforçam que a convergência entre os temas abordados no mestrado profissional e as demandas do setor amplia a capacidade de atuação prática dos servidores, promovendo um impacto positivo na gestão pública. Silva, Costa e Santos (2022) também indicam que a relação entre a formação avançada e o desempenho institucional é central para a melhoria dos serviços públicos, uma vez que o desenvolvimento profissional contínuo eleva a qualidade e a eficiência na execução das funções públicas, tornando os servidores mais aptos a implementar mudanças significativas em suas organizações.

Ainda em relação ao gráfico 18, no campo aberto destinado a comentários adicionais, um dos egressos destacou: “Acho que depende muito do servidor se ele vai, de fato, conseguir agregar às suas atividades do dia a dia o conhecimento adquirido nos cursos e melhorar a qualidade do seu serviço prestado. Está mais atrelado ao perfil do servidor/estudante, do que ao simples fato de ter feito o mestrado.” Esse relato traz uma importante reflexão sobre o impacto individual das formações acadêmicas e reforça o papel ativo do servidor na aplicação prática do conhecimento adquirido.

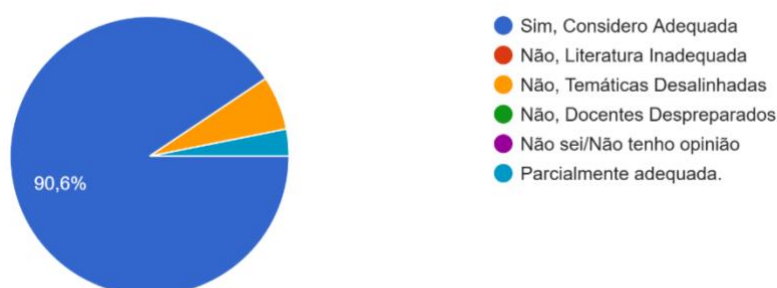
Essa perspectiva está alinhada com as observações de Maciel e Nogueira (2012), que destacam que o sucesso da aplicação do aprendizado depende não apenas da qualidade do curso, mas também do engajamento e da motivação do profissional em transformar conhecimento teórico em práticas concretas. Além disso, Engstrom, Hortale e Moreira (2020) ressaltam que cursos de mestrado profissional oferecem ferramentas valiosas, mas sua eficácia está diretamente relacionada à disposição dos servidores em adaptar e implementar essas ferramentas em seu contexto de trabalho. Portanto, embora o curso seja um facilitador para o desenvolvimento de competências, o impacto final está fortemente vinculado ao perfil e à proatividade dos egressos, bem como às condições institucionais que promovam a aplicabilidade do conhecimento adquirido.

Gráfico 15 - Alinhamento do PROFIAP às demandas do setor público

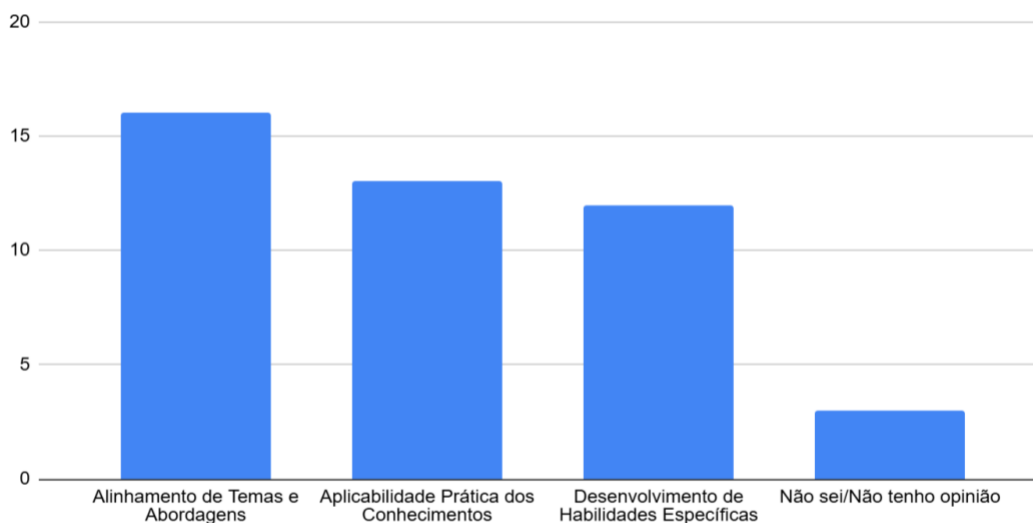


Fonte: Dados da Pesquisa

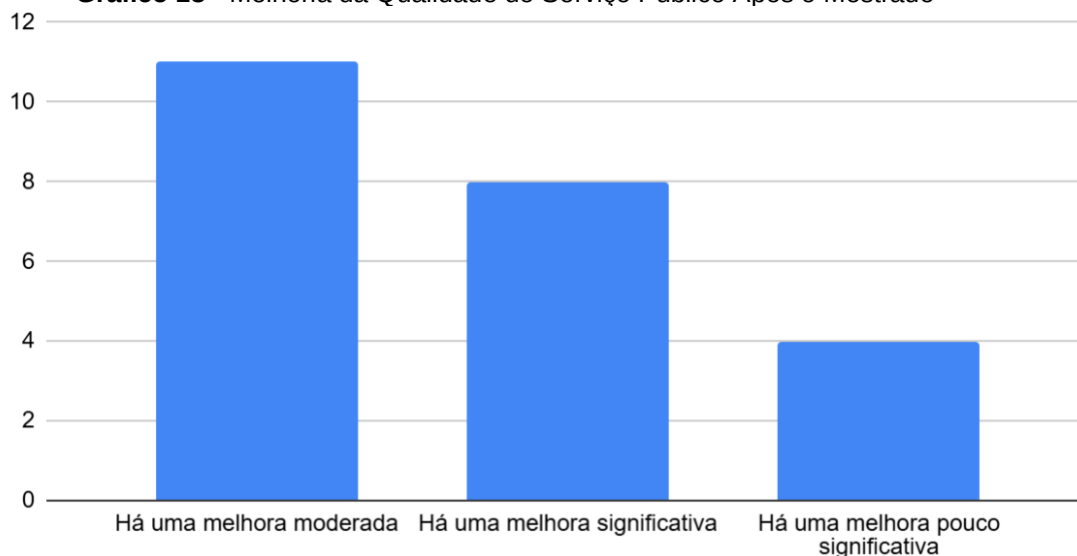
Gráfico 16 - Relação da proposta curricular e formação do servidor público



Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 17 - Pontos de convergência do curso e com as atividades do trabalho

Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 18 - Melhoria da Qualidade do Serviço Público Após o Mestrado

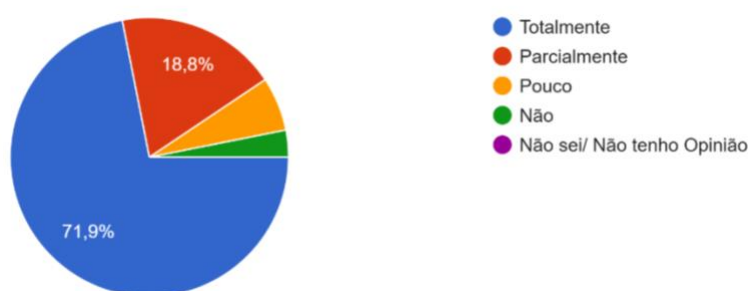
Fonte: Dados da Pesquisa

Embora o PROFIAP seja direcionado principalmente a servidores públicos, ele também inclui egressos que ingressaram por demanda social e que não possuem vínculo direto com o setor público. Para avaliar a percepção dos egressos sobre essa composição mista de turma, foi perguntado se consideravam essa diversidade viável e benéfica. Conforme o gráfico 19, 71,9% responderam positivamente, afirmando que é totalmente viável e benéfica o curso possuir turmas mistas. Esse dado sugere que a diversidade de perfis agrega valor ao curso, promovendo uma troca de experiências

e perspectivas que enriquecem o aprendizado coletivo.

A literatura também apoia os benefícios da diversidade em cursos de mestrado profissional. Engstrom, Hortale e Moreira (2020) destacam que a interação entre profissionais de diferentes áreas e experiências cria um ambiente de aprendizado colaborativo, estimulando o desenvolvimento de competências transversais e a inovação. Nascimento, Cesse e Figueiró (2024) ressaltam que essa troca de conhecimentos entre profissionais com e sem experiência prévia no setor público permite que novas ideias e abordagens sejam incorporadas às práticas administrativas, contribuindo para uma formação mais completa e adaptável às complexidades do setor público.

Gráfico 19 - Composição da turma /Servidores e Demanda Social



Fonte: Dados da Pesquisa

Para concluir o questionário, foi disponibilizado um campo aberto no qual os egressos foram convidados a compartilhar sugestões ou ideias para o aprimoramento do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) no contexto local. Essa abordagem buscou captar percepções e contribuições espontâneas, permitindo que os participantes expressassem suas perspectivas sobre possíveis ajustes e melhorias, de forma a tornar o curso ainda mais alinhado às necessidades regionais e institucionais.

A abertura para feedback direto reflete práticas de avaliação contínua e é um elemento essencial para o desenvolvimento de curso de pós-graduação, conforme enfatizado por Nascimento, Cesse e Figueiró (2024), que apontam que a adaptação às demandas locais e institucionais é uma estratégia fundamental para aumentar a relevância e eficácia dos cursos de formação avançada no setor público.

A partir das respostas obtidas pelos egressos, foi criada a nuvem de palavras representada na figura 2 abaixo. Essa nuvem destaca as palavras e conceitos mais

conhecimento diretamente em suas funções.

Muitos egressos também sugerem a inclusão de disciplinas específicas, como uma voltada para a escrita da dissertação, disciplina de recursos humanos e uma para gestão universitária. Alguns também mencionam a necessidade de mais disciplinas optativas e linhas de pesquisa específicas, sugerindo que a escolha das disciplinas seja mais voltada ao tema de pesquisa. Esse alinhamento curricular é apoiado por Geglio, Araújo e Lima (2023), que enfatizam que a adaptação dos cursos às necessidades do setor é fundamental para garantir uma formação eficaz. Cabe destacar que o Gráfico 8 mostrou que 25% dos egressos atuam na área de recursos humanos, evidenciando que a inclusão de uma disciplina nesse campo atenderia de maneira mais direcionada às necessidades profissionais de uma parcela significativa dos alunos.

Quanto à sugestão de criação de linhas de pesquisa específicas e ampliação das disciplinas optativas, o PROFIAP na UFSJ já atendeu a essa demanda, realizando atualizações significativas no curso. Atualmente, os alunos podem escolher em qual temática concentrar sua pesquisa, fortalecendo o alinhamento entre os interesses acadêmicos e profissionais dos discentes e as áreas prioritárias de estudo. Durante o processo de inscrição no curso, o aluno seleciona duas opções, em ordem de preferência (1ª e 2ª), indicando a linha de pesquisa mais relacionada ao seu projeto. As opções de linhas de pesquisa disponíveis são: Atuação do Estado e sua Relação com o Mercado e Sociedade; Transformação e Inovação Organizacional; Práticas de Gestão Sustentáveis e Políticas Públicas: Formulação e Gestão.

Além disso, com a atualização da matriz curricular em 2023, conforme informações disponibilizadas pelo site oficial da UFSJ (2024), os alunos contam com uma ampla oferta de disciplinas optativas, permitindo maior flexibilidade na construção de sua formação. São disponibilizadas 13 disciplinas optativas com carga horária de 60 horas cada, e 2 disciplinas optativas com carga horária de 30 horas. Os alunos podem escolher as disciplinas que melhor se adequam às suas necessidades e interesses, desde que cumpram a carga horária total de 180 horas ao final do curso.

Essas mudanças refletem o compromisso do PROFIAP em atender às demandas dos alunos e em proporcionar uma formação personalizada e alinhada às diversas áreas de atuação no setor público. Essa flexibilidade não apenas fortalece a experiência acadêmica, mas também aumenta a relevância prática da formação, permitindo que os egressos se especializem em temas diretamente relacionados às

suas funções e interesses profissionais.

Outra sugestão recorrente dos egressos foi a criação de um doutorado profissional. Há uma forte demanda pela criação de um doutorado profissional na área de administração pública, uma vez que muitos egressos expressaram interesse em continuar seus estudos solicitando a criação de um doutorado. Esse interesse, segundo Sehnem *et al.* (2020), está diretamente relacionado à busca contínua por capital cultural, que é entendido como um diferencial competitivo e um instrumento de valorização no mercado de trabalho.

Houve a sugestão por parte dos egressos de que houvesse a realização de atividades e discussões envolvendo turmas de outras instituições do PROFIAP e a criação de grupos de estudos. Além disso, propuseram a criação de um periódico para publicação dos artigos de docentes e discentes, uma ideia que reforça a relevância da produção científica para o avanço do conhecimento em gestão pública, como apontado por Silva, Costa e Santos (2022). Vale ressaltar que, em 2023, o PROFIAP lançou um congresso internacional, respondendo a essa demanda dos egressos, que até então não contavam com essa oportunidade de intercâmbio acadêmico e divulgação científica até seu ano de conclusão.

Na categoria de críticas, alguns egressos mencionaram dificuldades na aplicação prática dos conteúdos estudados, especialmente devido à rigidez e burocracia do setor público. Esses relatos são consistentes com as observações de Silva, Costa e Santos (2022), que destacam as limitações institucionais que dificultam a implementação de inovações no setor público.

Houve menções sobre a falta de reconhecimento nas instituições onde os egressos trabalham, indicando que o incentivo é majoritariamente financeiro, com pouca valorização prática ou institucional. Este problema é discutido por Avaristo e Ubeda (2019), que relatam que o incentivo financeiro muitas vezes não se traduz em valorização institucional, limitando o impacto da formação na prática.

Foi observado que o mestrado profissional deveria ser menos exigente quanto à dissertação, visto que o foco deveria estar no produto técnico (PT). Esse ponto reforça a ideia de que a carga acadêmica do PROFIAP, semelhante à de um mestrado acadêmico, poderia ser repensada para atender melhor os profissionais em atividade.

Quanto aos elogios, muitos egressos expressaram satisfação com o curso, destacando que o PROFIAP contribuiu para seu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal. Eles mencionaram o impacto do curso em suas habilidades de

pesquisa e o fortalecimento do conhecimento sobre administração pública, o que está em sintonia com os resultados encontrados por Engstrom, Hortale e Moreira (2020), que evidenciam o crescimento pessoal e profissional proporcionado pela formação.

Alguns egressos elogiaram o curso por suas melhorias ao longo do tempo e pelo impacto positivo na capacitação dos servidores públicos. Esse reconhecimento é consistente com a análise de Nascimento, Cesse e Figueiró (2024), que defendem a atualização constante dos mestrados profissionais para a qualificação contínua dos servidores.

Na categoria de outros comentários, um dos egressos relatou que sua experiência foi afetada pelo contexto remoto durante a pandemia, mas expressou gratidão pelo aprendizado. Esse contexto ressalta a adaptabilidade do curso, mas também sugere que, em situações normais, o contato presencial pode ser mais eficaz para a formação prática, conforme indicam estudos sobre o impacto das aulas práticas na formação dos servidores públicos (Silva; Costa e Santos, 2022).

Esses pontos sugerem que o PROFIAP é amplamente valorizado pelos egressos por sua contribuição acadêmica e prática, mas também apontam oportunidades de melhoria para aumentar o impacto institucional e prático do curso, conforme identificado na literatura.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os avanços e contribuições do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal de São João del-Rei para os egressos, considerando os impactos pessoais, profissionais e organizacionais da formação. Por meio de um mapeamento detalhado do perfil dos participantes e da análise de suas percepções, foi possível identificar os pontos fortes do curso, bem como desafios e oportunidades para o seu aprimoramento.

O mapeamento dos egressos revelou um perfil diversificado, com predominância de participantes do gênero feminino. Esse dado reflete a crescente presença feminina no mercado de trabalho e no setor público, contexto no qual o PROFIAP está inserido como um curso de mestrado profissional direcionado à qualificação de servidores. A maior representatividade feminina no curso acompanha uma tendência social mais ampla, em que as mulheres não apenas constituem a

maioria da população brasileira, mas também lideram em números de participação em cursos de pós-graduação, conforme evidenciado pelos dados da CAPES (2018).

Essa busca por qualificação formal por parte das mulheres pode ser interpretada como um reflexo das barreiras históricas e culturais impostas por uma sociedade ainda marcada pelo patriarcado (Pereira; Rezende, 2022). No setor público, apesar de avanços, as mulheres frequentemente enfrentam desafios adicionais para acessar cargos de liderança e prestígio. Nesse contexto, o investimento em formação avançada, como o mestrado profissional, é uma estratégia para adquirir capital cultural e intelectual, reforçando sua competência e legitimidade para ocupar posições mais elevadas.

A literatura corrobora essa análise, destacando que a qualificação formal é uma forma de combater as desigualdades de gênero no ambiente profissional. De Avaristo e Ubeda (2019) e Nascimento, Cesse e Figueiró (2024) reforçam que a busca por diplomas avançados não apenas fortalece a capacidade técnica das profissionais, mas também contribui para sua visibilidade e reconhecimento no mercado de trabalho. Assim, a predominância feminina no PROFIAP se mostra como uma expressão de resiliência e determinação das mulheres em superar desafios e conquistar mais espaços no setor público.

A maioria dos egressos do PROFIAP é composta por indivíduos jovens (30-39 anos), representando uma faixa etária ativa no mercado de trabalho. Essa característica sugere que o curso atrai profissionais em fase de desenvolvimento de suas carreiras, que buscam aprimorar suas competências e se qualificar para assumir posições de maior responsabilidade dentro do setor público.

Essa busca por qualificação nessa fase da vida é particularmente significativa, pois coincide com um momento em que muitos profissionais estão consolidando suas trajetórias e enfrentando desafios mais complexos em suas funções. Assim, a presença predominante de egressos nessa faixa etária no PROFIAP reflete tanto a importância econômica desse grupo quanto a visão estratégica desses profissionais em buscar qualificação para impulsionar suas carreiras e contribuir com o desenvolvimento das instituições públicas.

O público pesquisado é majoritariamente composto por moradores de Minas Gerais, com uma concentração significativa de residentes em São João del-Rei. Esse dado é esperado, considerando que a UFSJ, integrante da rede PROFIAP, está localizada na cidade e constitui o foco deste estudo. São João del-Rei é reconhecida

como um polo econômico e universitário regional, cercada por pequenas cidades que dependem dela para acesso a serviços, comércio e educação superior. Essa característica reforça seu papel estratégico como ponto de convergência para a formação e qualificação de profissionais, especialmente no setor público.

Essa concentração regional reforça a importância do PROFIAP como uma iniciativa estratégica para atender às demandas locais de capacitação e desenvolvimento de servidores públicos. Além disso, reflete o impacto positivo que instituições de ensino inseridas em contextos regionais podem ter ao oferecer curso de formação avançada que contribuem para o fortalecimento das capacidades locais e regionais. Esse modelo descentralizado da rede PROFIAP, ao promover cursos em diversas regiões do país, amplia o alcance da qualificação, permitindo que servidores em áreas menos centralizadas tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional alinhadas às especificidades de suas realidades locais.

A maioria dos egressos pesquisados já havia cursado uma pós-graduação *latu sensu* e, ao ingressarem no PROFIAP, buscavam um aprofundamento maior do conhecimento, optando por uma formação de nível *stricto sensu*, reconhecida pela sua capacidade de oferecer uma formação acadêmica mais aprofundada e rigorosa. É interessante notar que, embora uma parte significativa desses egressos tenha formação em administração, mais da metade deles possui graduação em áreas distintas, como direito, economia, engenharias, ciências sociais e até mesmo áreas da saúde, como farmácia e bioquímica. Essa diversificação do perfil de ingresso no PROFIAP demonstra como o curso contribui para a democratização do conhecimento, promovendo a inclusão de profissionais de diversas áreas do saber.

Esse cenário é altamente positivo para o desenvolvimento do setor público, que lida com uma ampla gama de desafios e demandas. A diversidade de formações acadêmicas e experiências dos egressos enriquece a abordagem das questões públicas, proporcionando olhares diversos e soluções inovadoras para problemas complexos. A multidisciplinaridade é um fator essencial para o sucesso da área pública, pois a capacidade de analisar e lidar com problemas sociais de maneira holística e integrada é crucial para a construção de uma gestão pública eficiente e adaptada às necessidades da sociedade. A integração de diferentes áreas de conhecimento no PROFIAP fortalece, assim, a formação de servidores públicos preparados para enfrentar as demandas sociais com uma visão ampla e interdisciplinar.

Ao identificar os setores com maior representatividade de egressos no PROFIAP, constatou-se uma grande concentração de servidores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com 71,9% dos respondentes vindos desse setor. Além disso, 9,4% dos egressos são oriundos do setor privado, enquanto os demais estão distribuídos em outras instituições públicas nas três esferas de poder: municipal, estadual e federal.

Esse dado evidencia o foco do PROFIAP em qualificar servidores públicos, particularmente das IFES, refletindo o papel estratégico do curso na capacitação de profissionais que atuam em um dos principais pilares da administração pública no Brasil. O fato de 9,4% dos egressos não possuírem vínculo prévio com o setor público, sugere que o PROFIAP não apenas capacita para o aprimoramento da atuação no setor público, mas também torna esse setor mais atraente para profissionais de outras áreas, possivelmente devido há um desejo de transicionar na carreira, obter reconhecimento acadêmico que a formação *stricto sensu* oferece.

Em relação ao departamento de atuação dos egressos, observou-se que 25% estão alocados no setor de recursos humanos, enquanto os outros 75% estão distribuídos em uma variedade de departamentos dentro dos órgãos públicos. Essa distribuição demonstra a ampla aplicabilidade das competências adquiridas no PROFIAP, que não se restringem a uma área específica, mas podem ser aplicadas de maneira transversal em diversas funções da administração pública.

O fato de uma parcela significativa dos egressos estar atuando em recursos humanos reflete a crescente importância desse setor dentro das instituições públicas, que buscam, cada vez mais, profissionais qualificados para gerenciar e otimizar o capital humano. A gestão de pessoas é uma área estratégica e desafiante para o setor público, especialmente em um momento em que as organizações precisam se adaptar rapidamente às mudanças e promover a inovação no serviço público.

Por outro lado, a diversidade de departamentos em que os demais egressos atuam demonstra que o PROFIAP prepara seus alunos para desempenharem funções em múltiplas áreas da administração pública, refletindo a natureza multidisciplinar do curso. Assim, o PROFIAP se estabelece como um curso flexível e adaptável, que atende às variadas necessidades das instituições públicas e prepara os egressos para desafios diversos dentro do setor público.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) demonstram estar alinhadas com algumas perspectivas do gerencialismo público, especialmente no que diz

respeito à valorização da qualificação do servidor. Isso é evidenciado pelo fato de que a maioria dos egressos relatou ter conseguido afastamento parcial de suas atividades para a realização do curso. Esse dado indica que, na prática, as IFES incentivam seus servidores a se aperfeiçoarem por meio de formação formal avançada, reconhecendo a importância do mestrado profissional para o desenvolvimento de competências essenciais para a gestão pública.

No entanto, observa-se que esse incentivo não é uniforme em todas as instituições e órgãos públicos. Embora a maior parte dos egressos tenha conseguido algum tipo de afastamento, 31,3% dos respondentes indicaram que não obtiveram nenhum tipo de afastamento para realizar o curso. Isso demonstra que, apesar de o incentivo à qualificação ser uma prática reconhecida, ele ainda encontra resistências ou limitações em determinadas instituições, o que pode refletir a falta de políticas institucionais consistentes para apoiar a formação contínua dos servidores públicos. A falta de apoio em algumas instituições pode, portanto, limitar o potencial de desenvolvimento dos servidores e a implementação de melhorias nos processos administrativos, refletindo a necessidade de um comprometimento mais robusto das organizações com a capacitação de seus quadros.

Ao avaliar como a proposta do curso se alinha com as necessidades e exigências pessoais e profissionais dos egressos. Ao responder a esse objetivo, constatou-se que, em termos de benefício direto, a maioria dos egressos relatou ter obtido um aumento salarial. Para os servidores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), esse aumento está diretamente relacionado à previsão de progressão no plano de cargos e salários, que inclui incentivos para a qualificação formal, como cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Essa previsão, como mencionado por *Lamas (2018)*, é um dos principais motivadores para a realização do PROFIAP por esses profissionais.

O incentivo financeiro, além de ser um atrativo, reflete uma valorização formal da qualificação do servidor e é acompanhado por outros benefícios, como reconhecimento profissional e promoção, relatados por 12,5% dos egressos. No entanto, também foi identificada uma parcela significativa (12,5%) de egressos que não obteve benefícios diretos em termos de promoção ou ganhos financeiros. Esse dado ressalta que, embora o curso ofereça uma qualificação sólida, sua aplicação prática e os retornos percebidos pelos egressos podem variar, dependendo tanto do contexto institucional quanto do perfil profissional de cada participante. Observa-se

que há espaço para aprimoramentos, especialmente no fortalecimento de práticas institucionais que promovam maior reconhecimento e valorização da qualificação em diferentes contextos do setor público. Esses ajustes são essenciais para que o curso atenda de forma ainda mais ampla às expectativas dos participantes e maximize seu impacto no desenvolvimento profissional e institucional.

Sobre as ações implementadas no local de trabalho como resultado da participação no PROFIAP, os principais pontos mencionados pelos egressos foram relacionados à melhoria de processos e procedimentos, bem como à capacitação e ao desenvolvimento profissional dos servidores. Esses aspectos indicam que o curso desempenha um papel relevante ao preparar os participantes para aprimorar a eficiência e a eficácia de suas atividades e, conseqüentemente, das instituições onde atuam.

No entanto, também foram mencionados desafios significativos relacionados à dificuldade de implementar mudanças no setor público. Alguns egressos argumentaram que o engessamento estrutural e burocrático das instituições públicas limita a aplicação prática do conhecimento adquirido. Essa dificuldade reflete a necessidade de um alinhamento mais forte entre a formação oferecida pelo curso e as condições organizacionais em que os egressos estão inseridos. Pois, enquanto o PROFIAP contribui significativamente para o desenvolvimento individual dos profissionais, seu impacto organizacional poderia ser ampliado com políticas que incentivem maior flexibilidade e abertura para mudanças no setor público, criando um ambiente mais propício para que os conhecimentos adquiridos pelos egressos sejam efetivamente aplicados.

Na percepção da maioria dos egressos, o curso contribuiu significativamente para o desenvolvimento acadêmico e intelectual, infere-se por proporcionar uma base sólida de conhecimento que amplia a capacidade de análise e reflexão crítica. Além disso, o PROFIAP desempenhou um papel importante no desenvolvimento pessoal e no aprimoramento do autoconhecimento, ajudando os egressos a lidarem melhor com desafios profissionais e pessoais. O curso também foi reconhecido como uma ferramenta valiosa para o crescimento profissional, oferecendo oportunidades para maior reconhecimento no ambiente de trabalho e avanço na carreira. Para muitos dos egressos, o mestrado representou a concretização de sonhos e metas pessoais, materializando objetivos de longo prazo relacionados à educação formal e à qualificação profissional.

É interessante observar como esses resultados refletem a abrangência do impacto do PROFIAP, que vai além do aprimoramento técnico e alcança dimensões pessoais e subjetivas, tendo o potencial de transformar não apenas a atuação profissional, mas também a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e de suas capacidades, contribuindo para uma maior confiança e motivação. Esses dados também ressaltam a importância de um curso como o PROFIAP para oferecer não apenas ferramentas práticas, mas também um espaço para que os participantes redefinam suas perspectivas e objetivos, tanto no âmbito profissional quanto pessoal. Esse equilíbrio entre os aspectos técnicos e humanos torna o curso um diferencial na formação de profissionais comprometidos com a gestão pública e com sua evolução pessoal.

O alinhamento do curso com as demandas do setor público foi considerado, pela maioria dos egressos, como parcialmente adequada. Esse resultado aponta para um desafio significativo que o PROFIAP enfrenta: atender às diversas nuances das demandas trazidas por profissionais que atuam em diferentes contextos e funções dentro do setor público. A diversificação de atuação entre os egressos reflete a multiplicidade de realidades presentes no setor público brasileiro, o que torna difícil para o curso abranger plenamente todas as especificidades dessas demandas.

Apesar disso, o fato de nenhum dos respondentes ter indicado a opção "não há alinhamento" demonstra que o curso tem conseguido superar parte dessas limitações, ajustando-se de forma satisfatória às necessidades mais amplas dos servidores. Esse esforço é corroborado pelo fato de 90,6% dos egressos considerarem a proposta curricular do PROFIAP totalmente adequada ao serviço público. Além disso, 50% dos participantes apontaram o alinhamento de temas e abordagens como o principal ponto de convergência entre o conteúdo do curso e suas atividades práticas.

Esses dados indicam que, embora existam desafios relacionados à abrangência do conteúdo, o PROFIAP busca continuamente adaptar-se às demandas do setor público, fornecendo uma base sólida de conhecimento. Ainda assim, o resultado também sinaliza a necessidade de um processo contínuo de atualização curricular para abarcar temas emergentes e áreas específicas que possam estar pouco representadas. A flexibilidade curricular e o diálogo constante com os egressos são fundamentais para garantir que o curso de mestrado profissional continue relevantes e eficazes no atendimento às necessidades do setor público.

A maioria dos egressos avaliou que a formação formal ofertada pelo PROFIAP

representa uma melhora significativa (43,8%) ou moderada (37,5%) na qualidade do serviço público. Esses dados reforçam a percepção de que o curso desempenha um papel relevante na capacitação de profissionais e no potencial de melhoria dos serviços prestados à sociedade. Contudo, conforme argumentado por um dos respondentes no campo aberto do questionário, essa melhoria está, em grande medida, mais relacionada a questões subjetivas, como o perfil e a iniciativa dos próprios egressos, do que exclusivamente ao curso em si.

Esse ponto evidencia a importância do protagonismo individual no aproveitamento do aprendizado e na aplicação prática do conhecimento adquirido. A formação formal é um facilitador para o desenvolvimento profissional, mas o impacto real depende da disposição do profissional em aplicar as competências adquiridas de forma proativa no ambiente de trabalho. Além disso, o contexto organizacional também desempenha um papel crucial. Ambientes institucionais que oferecem suporte e incentivam a inovação são mais propensos a traduzir a qualificação formal em melhorias tangíveis na gestão e nos serviços públicos.

Assim, enquanto o PROFIAP provê ferramentas e conhecimentos essenciais, a aplicação e os resultados obtidos dependem tanto do perfil do egresso quanto das condições institucionais em que ele está inserido. Embora a formação formal, como a ofertada pelo PROFIAP, seja amplamente reconhecida por seu impacto positivo, sua eficácia plena requer uma combinação entre o engajamento individual dos egressos e um ambiente organizacional favorável, que valorize e promova a implementação de novas práticas e conhecimentos.

O PROFIAP tem como foco principal a captação de egressos que atuam nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), mas também busca atrair profissionais de diferentes áreas de atuação. Essa abordagem é possibilitada por sua reserva de vagas para a demanda social, o que permite a formação de turmas mistas compostas por profissionais das IFES, de outras esferas do setor público e do setor privado.

Na percepção dos egressos, essa composição de turmas é amplamente considerada viável e benéfica. A interação entre profissionais de diferentes origens e áreas de atuação contribui para um ambiente de aprendizado colaborativo, no qual a troca de conhecimentos e experiências favorece a construção de soluções inovadoras e integradas para os desafios do setor público. Além disso, a presença de profissionais oriundos do setor privado e de diferentes esferas do setor público oferece uma

oportunidade para explorar abordagens mais dinâmicas e criativas na resolução de problemas da gestão pública.

Esse modelo contribui não apenas para o desenvolvimento individual dos participantes, mas também para a integração de conhecimentos e práticas que podem ser aplicadas em diferentes contextos institucionais, ampliando o impacto do curso. A composição mista das turmas do PROFIAP diversifica e enriquece o curso ao trazer múltiplas perspectivas e experiências, fortalece o caráter inovador e multidisciplinar do curso, alinhando-se às demandas de um setor público em constante transformação e que requer abordagens cada vez mais integradas e colaborativas.

As limitações na aplicação prática do conhecimento foram apontadas pelos egressos como a principal fragilidade de sua formação no PROFIAP. Essa percepção reflete um desafio comum em curso de formação profissional direcionados a profissionais do setor público: a necessidade de alinhar o conteúdo teórico às especificidades e restrições práticas das organizações públicas.

Entre os argumentos apresentados, destacaram-se relatos de que essas limitações decorrem mais das características e barreiras institucionais, como a burocracia e o engessamento estrutural, do que do próprio curso. Adicionalmente, os egressos apontaram que, em alguns casos, a falta de incentivo organizacional para utilizar os novos conhecimentos adquiridos também contribui para essa limitação. Essa lacuna ressalta a importância de não apenas qualificar os profissionais, mas também promover mudanças organizacionais que favoreçam a aplicabilidade das competências desenvolvidas. Embora o PROFIAP demonstre relevância no desenvolvimento teórico e na capacitação dos servidores, os desafios para ampliar a aplicabilidade prática do conhecimento sugerem a necessidade de uma revisão curricular que contemple atividades e metodologias mais alinhadas às realidades institucionais, bem como a implementação de políticas organizacionais que incentivem a aplicação do aprendizado adquirido.

A pesquisa também investigou o interesse dos egressos em dar continuidade à sua formação acadêmica e realizar um doutorado no âmbito do PROFIAP. Os resultados revelaram que 87,5% dos participantes demonstraram esse interesse, evidenciando uma alta demanda por esse tipo de qualificação. No entanto, atualmente, a rede PROFIAP não oferece cursos de doutorado, o que representa uma lacuna significativa para atender às expectativas dos egressos e às necessidades de formação avançada no setor público.

Esse dado reflete a busca contínua dos profissionais por qualificação e aprimoramento, indicando que a formação em nível de mestrado não apenas atende às demandas atuais, mas também desperta nos egressos o desejo de aprofundar seus conhecimentos. A ausência de um doutorado profissional específico na rede PROFIAP apresenta uma oportunidade estratégica, considerando o elevado interesse demonstrado pelos egressos em dar continuidade à formação acadêmica no âmbito do próprio curso.

Essa demanda sugere que a criação de um doutorado profissional na área de Administração Pública poderia atender a uma lacuna identificada entre os profissionais, proporcionando o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e aprofundamento nas práticas de gestão pública. A implementação de um doutorado PROFIAP poderia consolidar a trajetória acadêmica dos profissionais e fortalecer a formação continuada no setor público, ampliando ainda mais o capital cultural e a qualificação dos servidores públicos.

A análise das sugestões, críticas, elogios e comentários fornecidos pelos egressos do PROFIAP destaca tanto os pontos fortes quanto as áreas de melhoria do curso. De forma geral, os egressos reconhecem a relevância do curso para seu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal, enquanto apresentam demandas importantes para tornar o curso ainda mais alinhado às suas realidades e expectativas.

Os egressos enfatizaram a necessidade de maior integração prática entre a gestão acadêmica e as instituições públicas, sugerindo que o curso seja mais orientado para resolver gargalos organizacionais por meio da elaboração de manuais, propostas legislativas e melhorias em fluxos de processos. Além disso, a inclusão de disciplinas mais específicas, como gestão universitária, gestão de pessoas, escrita de dissertação, e o aumento das atividades práticas, como estudos de caso, foram destacadas como sugestões que poderiam aproximar ainda mais a teoria das realidades institucionais. A criação de um doutorado profissional também foi amplamente mencionada, refletindo uma demanda crescente por continuidade na formação acadêmica.

Por outro lado, os egressos apresentaram críticas à dificuldade de aplicar na prática o conhecimento adquirido, muitas vezes em decorrência da rigidez burocrática do setor público. Além disso, alguns participantes sugeriram que o equilíbrio entre a carga acadêmica e a produção do produto técnico (PT) fosse repensado,

considerando que o foco do mestrado profissional deveria ser mais prático do que acadêmico.

Os elogios ao curso ressaltaram sua evolução ao longo do tempo, com melhorias contínuas no currículo e na estrutura, o que reforça seu impacto positivo na capacitação dos servidores públicos. Ainda assim, as críticas e sugestões apresentadas refletem oportunidades significativas para o PROFIAP continuar avançando em direção a uma formação mais eficaz e prática.

Em síntese, os resultados obtidos revelam que, embora o PROFIAP já seja amplamente reconhecido por sua relevância e impacto, ajustes pontuais, como maior flexibilidade curricular, reforço nas práticas aplicadas e a introdução de um doutorado profissional, podem potencializar ainda mais seus benefícios. Essas propostas refletem o compromisso dos egressos com a melhoria contínua do curso e sua contribuição para a modernização e eficiência da administração pública.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. Especial, 2007.
- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>>. Acesso em: 15 set. 2022.
- ALLEBRANDT, *et al.* Administração Pública e Políticas Públicas: O Programa Primeira Infância Melhor uma Inovação em Política Pública. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 16, n. 2, 2018.
- ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Perspectivas Teóricas para a Análise de Políticas Públicas: Como Lidam com a Complexidade? **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 1, 2019, p. 16-27. DOI: <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v11i1.1557>
- ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Revista Paidéia (Ribeirão Preto)**, n. 2, 1992.
- ANDRIOLA, W. B.; BARROZO FILHO, J. L. Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 3, set. 2020, p. 594–621.
- AQUINO, L. M. S. **Formulação do Plano Nacional de Educação 2014-2024: a gestão democrática da escola na política pública**. 2015. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131022>>. Acesso em: 02 set. 2023.
- ARAÚJO, L. Na teoria, modernização; na prática, regressão: política educacional no governo Temer. **Revista Linhas Críticas**, 2021, 27(), [Consulta em 25 de maio de 2023]. ISSN: 1516-4896. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567258054>>.
- ARIOVALDO, T. C. C.; NOGUEIRA, C. M. M. Nova Forma De Acesso Ao Ensino Superior Público: Um Estado Do Conhecimento Sobre O Sistema De Seleção Unificada - Sisu. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 1, 2018, p. 152-174. DOI: 10.22348/riesup.v4i1.8650683.
- AVARISTO, J. A. C.; UBEDA, C. L. O desenvolvimento de competências em um mestrado profissional do campo de públicas. In: **XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2019**, São Paulo/SP, 02 a 05 de outubro, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: LuisAntero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASSO, F. V.; FERREIRA, R. R.; OLIVEIRA, A. S. Uso das avaliações de larga

escala na formulação de políticas públicas educacionais. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, n. 115, p. 501–519, abr. 2022.

BILHIM, J. Políticas públicas e agenda política. **Revista de Ciências Sociais e Políticas**, v. 2, n. 99-121, p. 5-20, 2008.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje (UFPE)**, v. 25, p. 73-84, 2016.

BRASIL. (2001). Plano Nacional de Educação (PNE): Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 19 jul. 2023.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *In: BIB, São Paulo*, n. 61, 2006, pp. 25-32.

Capes. (2018). Mulheres permanecem como maioria na pós-graduação brasileira. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8787-mulheres-permanecem-como-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>>. Acesso em 11 dez. 2018.

CAPES. (2023). Sistema de Custos e Processos de Programas de Pós-Graduação (Sucupira). Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CASTRO, C. M. A hora do mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2005. DOI: 10.21713/2358-2332.2005.v2.73. Disponível em: <<https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/73>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CAVALCANTE, P.; CARVALHO, P. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, 2017, p. 1-26. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612144002>.

CIRANI, C. B. S.; SILVA, H. H. M.; CAMPANARIO, M. A. A evolução do ensino da pós-graduação estrito senso em administração no Brasil. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 6, 2012.

COELHO, F. S. ; REZENDE, V. A. ; COSTA, C. C. M. . Pelo reconhecimento da identidade da Administração Pública na área 27 da CAPES. **Blog Gestão, Política & Sociedade - Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, 28 mar. 2024.

COSTA, F. J.; MACHADO, M. A. V.; CÂMARA, S. F. Por uma orientação ao impacto societal da pós-graduação em administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 6, nov. 2022, p. 823–835.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São

Paulo: Atlas, 2012.

ENGSTROM, E. M.; HORTALE, V. A.; MOREIRA, C. O. F.. Trajetória profissional de egressos de Curso de Mestrado Profissional em Atenção Primária à Saúde no Município de Rio de Janeiro, Brasil: estudo avaliativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1269–1280, abr. 2020.

FARAH, M. F. S. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. **Revista Do Serviço Público**, v. 69, 2018, pp. 53-84. <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i0.3583>.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 813-836, 2011.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, 2016, pp. 959-979. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7612150981>> Acesso em 19 jul. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150981>.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 2005. DOI: 10.21713/2358-2332.2005.v2.74. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/74>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FISCHER, T. Seduções e riscos: a experiência do mestrado profissional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, 2003, p. 119-123.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 21, jun. 2000.

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica - uma discussão necessária. **Revista Línguas & Letras**, v. 17, n. 35, 2016.

GEGLIO, P. C.; ARAÚJO, E. J. M.; LIMA, R. P. Avaliação de egressos na pós-graduação: os desafios do mestrado profissional para a formação. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 12, n. 1, p. 388–404, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2023v12n1p388-404>.

GIACOMAZZO, G.; LEITE, D. O mestrado profissional no âmbito das políticas públicas na educação: reflexões sobre a produção do conhecimento científico. **Revista Educação Temática Digital**, v. 16, n. 3, 2014, p. 475.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, M. L. S.; OLIVEIRA, F. C. Modelos organizacionais de administração pública: um estudo dos aspectos da realidade cearense na estrutura de referência das reformas do Estado. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 28, p. 105-126, set./dez. 2010. DOI: 10.5007/2175-8077.2010v12n28p105.

GOMES, M. Q. *et al.*. Perfil dos egressos de um mestrado profissional na área da saúde em rede nacional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 47, n. 1, p. e013, 2023.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 55, nov. 2001.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023). Atlas do Estado Brasileiro: consulta de dados sobre o funcionalismo público. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/91>. Acesso em: 02 dez. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2014). Estudo sobre o acesso ao ensino superior no Brasil. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 18 dez. 2023.

LAMAS, D. E. **O perfil discente do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional: uma análise das expectativas e dos motivos.** 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2018.

LAMAS, D. E.; REZENDE, V. A.; MENDONÇA, F. M.; O Perfil Discente do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional no Brasil: Uma Análise das Expectativas e Motivos. **Analíticos de Políticas Educativas**, ISSN-e 1068-2341, Vol. 29, Nº. 1, 2021.

LIMA FILHO, D. S.; CARNEIRO, T. C. J. Formação de Administradores Públicos: a importância do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 3, n. 2, 2020, p. 128–131.

MACIEL, R. G. A.; NOGUEIRA, H. G. P. Mestrado profissional: desenvolvimento pessoal e profissional. **RBPG - Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 461-487, jul. 2012.

MILITÃO, S. C. N.; ARANDA, M. A. M. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: uma Análise Conceitual-Legal. **Revista Contrapontos**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-70, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142020000100053&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jun. 2023. Publicado online em 01 jan. 2021. <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v20n1.p53-70>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). (2005). Programa Universidade para Todos (Prouni): Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2005/l11096.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). (2007) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Regula o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e estabelece suas normas. Diário Oficial da União,

Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm.
 Acesso em: 10 dez. 2023.

MONTEROS, A. M. S. Políticas públicas y control de convencionalidad. **Foro, Quito**, n. 38, p. 75-98, dez. 2022. Disponível em:
 <http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2631-24842022000200075&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2023. Publicado online em 04 jul. 2022. <https://doi.org/10.32719/26312484.2022.38.4>.

MOROSINI, M. C. A pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Educación Superior**, n. 1, 2009, p. 125-152.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea - ANPAD**, v. 15, n. 4, Jul./Ago. 2011, p. 731-747.

NASCIMENTO, A. P. DO .; CESSE, E. Â. P.; FIGUEIRÓ, A. C.. O perfil dos egressos de um mestrado profissional: uma contribuição para o entendimento da relação formação-trabalho no SUS. **Saúde em Debate**, v. 48, n. 141, p. e8857, abr. 2024.

NEGRET, F. A identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 5, n. 10, 11, 2008.

NOBRE, L. N.; FREITAS, R. R. A Evolução da Pós-Graduação no Brasil: Histórico, Políticas e Avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v. 3, n. 2, 2017, p. 26–39. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/v3n2_3. Accessed on July 19, 2023.

OLIVEIRA, B. J.; FONSECA, M. A. Trabalhos e Produtos Coletivos nos Mestrados Profissionais de Educação. **Revista Diálogos e Diversidade**, v. 3, e17234, 2023. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rdd/article/view/17234>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**, v. 2, n. 3, 2008.

OLIVEIRA, P. S. C. B; OLIVEIRA, N. C. M.; DAMASCENO, A. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: desafios aos conselhos de educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 17, e90001, março de 2023.

PAIXÃO, R. B.; HASTENREITER FILHO, H. N. Autoavaliação de impactos: O que nos dizem os egressos de um mestrado profissional em administração? **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 831-859, out./dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/>. Acesso em: 24 out. 2024.

PEREIRA, J. S.; LONGATTI SILVA, J. D.; REZENDE, V. A. Agenda Pública e o Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 16, 2023, p. 225-250.

PEREIRA, J. S.; REZENDE, V. A. Poder Público Municipal e Representatividade

Feminina: Uma Análise a Partir de Um Estudo Local. In: **Congresso em Administração, Sociedade e Inovação**, 2022, On line. XIV CASI. Volta Redonda, RJ: Even3, 2022.

PEREIRA, L. C. B. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, Wilhelm; SACHS, Jeffrey (orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 222-259.

PETAK, Z.; PETKOVIĆ, K. "Izlazak iz jednine? Razvoj istraživanja javnih politika u Hrvatskoj 1962.-2022." **Politička misao**, vol. 59, br. 3, 2022, str. 47-76. <<https://doi.org/10.20901/pm.59.3.02>>. Citirano 31.01.2023.

PIQUET, R.; LEAL, J. A. A.; TERRA, D. C. T. Mestrado profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação - o caso do planejamento regional e urbano. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 2005.

PROFIAP. (2024). Editais. Disponível em: <https://profiap.org.br/editais/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

REZENDE, V. A.; COSTANZI, C. G.; MESQUITA, J. S. Políticas Públicas Educacionais e Participação Social: a possibilidade de uma gestão democrática pelo Programa Escola Aberta. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 13, 2020, p. 169-195.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Programa de Apoio à Gerência Social no Brasil - BID**, 1997.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. Para Aprender Políticas Públicas. Unidade VII: Teorias e Modelos de Análise Contemporâneos de Políticas Públicas. Brasília: **IGEPP**, 2014.

SANTOS, C. **Estatística descritiva**: Manual de auto-aprendizagem, v. 2, 2007.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, v. 24, n. 83, ago. 2003.

SEHNEM, S. *et al.*. Impactos da formação em nível de mestrado: percepções de egressos de um mestrado em administração. **REPAE – Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 6, n. 2, 2020. ISSN 2447-6129.

SILVA, A. S.; COSTA, I. F.; SANTOS, T. Á. N.. Competências e impactos do mestrado profissional: o caso do Programa de Pós-Graduação Profissional em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 1, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n1.1503.

SILVA, A. V. **Análise do impacto da política pública de assistência estudantil nos campi fora da sede da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**. 2021. Tese (Mestrado em Administração Pública), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

SILVA, M. P. R.; LIMA, F. L. A. O Princípio da Eficiência na Gestão Pública Brasileira: Uma Análise de Suas Contribuições nos Serviços Destinados à Sociedade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 4, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i4.9106. Disponível em: <<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/9106>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SILVA, R. L. N. Políticas públicas e administração democrática. **Revista de Ciências da Administração**, v. 33, n. 64, p. 57-75, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2012v33n64p57>.

SILVA, Rogério Luiz Nery da. Políticas públicas e administração democrática. **Revista Sequência (Florianópolis)**, n. 64, jul. 2012.

SOBRAL, J. E. C.; DE SÁ CAVALCANTI, A. L. M. Especificidades do mestrado profissional. **Revista Diálogo com a Economia Criativa**, v. 3, n. 7, 2018, p. 38-49.

SOUZA, C. M. Apresentação: Estado e Políticas Públicas: De que estamos falando? **Revista Eletrônica de Ciência Política - recp**, v. 4, 2013, p. 9-10.

SOUZA, C. M. Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, suppl 2, 2019.

SOUZA, C. M. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no.16, jul/dez 2006, pp. 20-45.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, 2008.

UFSJ. (2024). A UFSJ. Disponível em: https://ufsj.edu.br/dplag/a_ufsj.php. Acesso em: 02 fev. 2024.

VARGAS, K. S. et al..O desenvolvimento de competências profissionais a partir da pós-graduação: uma análise em mestrandos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. **Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 4, n. 2, jul. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve>. Acesso em: 05 jan. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/2316-5537.15.5>.

VIEIRA, J. D. Direito à educação e valorização profissional O papel do Estado e da sociedade. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 18, 2016. DOI: 10.22420/rde.v10i18.648. Available at: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/648>>. Accessed on July 14, 2023.

Wlezien, C. On the Salience of Political Issues: The Problem with 'Most Important Problem.' **Electoral Studies**, Volume 24, Issue 4, 2005, Pages 555-579. ISSN 0261-3794. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2005.01.009>.

APÊNDICE

Apêndice A - Formulário

Mapeamento Egressos do PROFIAP

Olá, sou Jennifer Souza Pereira estudante do PROFIAP (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede) na UFSJ. Estou desenvolvendo uma dissertação sob orientação da Prof. Drª Vânia Aparecida Rezende, o qual possui como objetivo geral, analisar o perfil dos egressos do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em vistas a identificar os resultados/desdobramentos/impactos pessoal e profissional. Gostaríamos de ressaltar que não haverá identificação dos respondentes, mantendo a privacidade e o sigilo dos egressos.

O público alvo para análise são os egressos do PROFIAP no âmbito da UFSJ. Nesse sentido, contamos com a participação de todos para que possamos obter resultados exatos e precisos, com o intuito de apresentar uma devolutiva ao programa em forma de produto técnico com o panorama da origem e o alinhamento das necessidades dos egressos com o programa local.

Email *

Texto de resposta curta

1- Gênero *

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

2 - Faixa Etária *

- ☐ 20-29 anos
- ☐ 30-39 anos
- ☐ 40-49 anos
- ☐ 50-59 anos
- ☐ 60 anos ou mais

3 - Estado civil *

- ☐ Solteiro (a)
- ☐ Casado (a)
- ☐ Outro

4 - Qual sua renda mensal bruta aproximada? *

- ☐ 1-3 salários mínimos
- ☐ 4-7 salários mínimos
- ☐ 7-10 salários mínimos
- ☐ 10 salários mínimos ou mais

5 - Em qual estado você reside? *

Texto de resposta curta

.....

6 - Em qual cidade você reside? *

Texto de resposta curta

.....

7 - Ano de ingresso no PROFIAP *

- ☐ 2016.1
- ☐ 2016.2
- ☐ 2017
- ☐ 2019
- ☐ 2021
- ☐ Outros...

8 - Qual foi sua modalidade de acesso ao Programa?

- ☐ Servidor Ifes
 - ☐ Convênio
 - ☐ Demanda Social, mas atuava no setor público federal
 - ☐ Demanda Social, mas atuava no setor público estadual
 - ☐ Demanda Social, mas atuava no setor público municipal
 - ☐ Demanda Social e sem vínculo com o setor público
-

9 - Durante a realização do curso, você conseguiu afastamento? *

- ☐ Consegui Afastamento Total
- ☐ Consegui Afastamento Parcial
- ☐ Não Consegui Afastamento

10 - Sua graduação foi em qual área de formação? *

- ☐ Administração
 - ☐ Direito
 - ☐ Economia
 - ☐ Contabilidade
 - ☐ Engenharia
 - ☐ Ciências Sociais
 - ☐ Outros...
-

11 - Setor de atuação ANTERIOR ao PROFIAP *

- ☐ Setor Público Administração Federal
- ☐ Setor Público Administração Estadual
- ☐ Setor Público Administração Municipal
- ☐ Setor Privado
- ☐ Terceiro Setor (ONGs, Organizações Sociais, etc.)

12 - Você continua atuando no mesmo setor? *

- ☐ Sim
 - ☐ Não, fui pro setor público federal
 - ☐ Não, fui pro setor público estadual
 - ☐ Não, fui pro setor público municipal
 - ☐ Outros...
-

13- Antes de entrar no Profiap, qual era seu grau acadêmico mais alto? *

- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Outros...

14 - Você faria um doutorado no âmbito do PROFIAP? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não, mas gostaria de fazer em programa diferente

15 - Em qual departamento você atuava antes do PROFIAP?

- ☐ Financeiro
 - ☐ Recursos Humanos
 - ☐ Jurídico
 - ☐ Compras e Licitações
 - ☐ Almozarife e patrimônio
 - ☐ Planejamento e Orçamento
 - ☐ Tecnologia da Informação
 - ☐ Comunicação Institucional
 - ☐ Auditoria Interna
 - ☐ Infraestrutura e Logística
 - ☐ Projetos e Desenvolvimento
 - ☐ Marketing
 - ☐ Qualidade
 - ☐ Relações Institucionais ou Governamentais
 - ☐ Outros...
-

*

16 - Você continua no mesmo departamento?

- ☐ Sim
 - ☐ Não
-

17 - Após concluir o Profiap você recebeu algum benefício direto no seu trabalho? *

- ☐ Sim, tive aumento de salário e fui promovido
- ☐ Sim, tive aumento de salário
- ☐ Não
- ☐ Outros...

18 - Quais ações foram implementadas no seu local de trabalho como resultado da sua participação no curso? (Pode selecionar mais de uma opção)

*

- ☐ Processos Operacionais e Procedimentos
- ☐ Tecnologia e Inovação
- ☐ Gestão de Recursos e Finanças
- ☐ Relações Interpessoais e Cultura Organizacional
- ☐ Desenvolvimento Profissional e Capacitação
- ☐ Outros...

*

19 - Como você percebe que o curso contribuiu para sua qualificação profissional e transformação pessoal? (Pode selecionar mais de uma opção)

- ☐ Desenvolvimento Acadêmico e Intelectual
- ☐ Crescimento Profissional e Reconhecimento
- ☐ Networking e Relacionamentos Interpessoais
- ☐ Autoconhecimento e Desenvolvimento Pessoal
- ☐ Realização de Sonhos e Metas Pessoais
- ☐ Aplicação Prática dos Conhecimentos
- ☐ Outros...

20 - Quais são as fragilidades que você identificou em sua formação profissional após concluir o mestrado? (Pode selecionar mais de uma opção)

- ☐ Lacuna de Conhecimento ou Habilidades Específicas
- ☐ Limitações na Aplicação Prática dos Conhecimentos
- ☐ Desafios na Comunicação e Interação Profissional
- ☐ Falta de Atualização ou Adaptação às Mudanças
- ☐ Outros...

★

21 - Considerando a natureza da formação *stricto sensu* oferecida pelo PROFIAP, você percebe que essa formação está alinhada com as demandas e desafios específicos enfrentados pelos profissionais que atuam no setor público?

- ☐ Totalmente Alinhada
- ☐ Parcialmente Alinhada
- ☐ Pouco Alinhada
- ☐ Não Alinhada
- ☐ Não Sei / Não Tenho Opinião

22- Em sua opinião, você considera viável e benéfica a formação de uma turma híbrida no PROFIAP, composta por servidores técnicos e profissionais da demanda social?

- ☐ Totalmente
- ☐ Parcialmente
- ☐ Pouco
- ☐ Não
- ☐ Não sei/ Não tenho Opinião

★

23 - Na sua percepção, você considera que a proposta curricular do PROFIAP é adequada para a formação do servidor público?

- ☐ Sim, Considero Adequada
- ☐ Não, Literatura Inadequada
- ☐ Não, Temáticas Desalinhadas
- ☐ Não, Docentes Despreparados
- ☐ Não sei/Não tenho opinião
- ☐ Outros...

24 - Na sua percepção, quais são os principais pontos de convergência entre o conteúdo do curso oferecido pelo PROFIAP e as atividades que você realiza em seu trabalho? (Pode selecionar mais de uma opção)

- ☐ Alinhamento de Temas e Abordagens
- ☐ Aplicabilidade Prática dos Conhecimentos
- ☐ Desenvolvimento de Habilidades Específicas
- ☐ Não sei/Não tenho opinião
- ☐ Outros...

25 - Em sua opinião, qual é a relação entre a qualidade do serviço público e o desempenho dos servidores públicos com a realização de estudos formais, como programas de mestrado stricto sensu?

- ☐ Há uma melhora significativa
- ☐ Há uma melhora moderada
- ☐ Há uma melhora pouco significativa
- ☐ Não há influência
- ☐ Não Sei / Não Tenho Opinião
- ☐ Outros...

26 - Por favor, sinta-se à vontade para compartilhar quaisquer sugestões ou ideias que você tenha para melhorar o Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) no âmbito local. *

Texto de resposta longa
